



# ANAIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 001 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - PFL

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....  
Líder da Oposição .....  
PMDB .....  
PSDB .....  
PFL .....  
PT .....  
PP .....  
PDT .....  
PPS .....  
Bloco .....  
Bloco .....

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cheida - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Mauro Moraes - Mohamad Ali - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 001**

### **1ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Posse:**

Sr. Rui Hara..... 03

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios..... 04

Memorando ..... 05

Telegramas ..... 06

Proposta de Emenda à Constituição 08

Indicações ..... 09

Requerimentos ..... 10

Projetos de Resolução ..... 17

Projetos de Lei Complementar ..... 18

Projetos de Lei ..... 23

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 41

Dep. Jocelito Canto .....42

Dep. Professor Luizão .....42

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch.....43

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró .....44

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....46

Discussão / Votação:

Composição das Comissões Técn. 47

Requerimentos .....48

#### **Encerramento da Sessão .....48**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

CPI Grampos Telefônicos.....48

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação .....49

Redação .....50

Finanças .....51

#### **Publicações Administrativas .....51**

#### **Balancete Financeiro:**

Dezembro/06 .....53

### **DIÁRIO Nº 001**

### **1ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Cheida, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mohamad Ali, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes

Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausente o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

### ***Posse:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Atendendo ao artigo 4º do parágrafo 5º do Regimento Interno desta Casa de Leis, que rege sobre a posse de novos Deputados, daremos posse hoje ao Sr. Rui Hara, suplente do Deputado Nelson Garcia que, em ofício já lido neste plenário, na data de 2 de fevereiro de 2007, solicita licença do cargo de Deputado Estadual. Portanto, solicito aos Deputados Elio Rusch e Durval Amaral para que, por gentileza, conduzam o Sr. Rui Hara até esta Mesa, para que ele preste juramento, a fim de que tome posse no cargo de Deputado Estadual.

### ***Sr. Rui Hara***

O SR. RUI HARA

(**Presta juramento**)

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado do Paraná e observar as leis, desempenhando lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do Estado.

Assim o prometo”.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Declaro empossado no cargo de Deputado Estadual, o Exmo. Sr. Rui Hara e solicito ao mesmo, que ocupe uma cadeira deste plenário, junto aos demais Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

## ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 004/07

Curitiba, 31 de janeiro de 2007

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover os atos visando a doação dos imóveis que especifica, situados no Município de Mangueirinha, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O plano de lei em referência é necessário e atende os interesses públicos, mormente aos da questão agrária, eis que, conforme manifestação do INCRA, não resta dúvida quanto à conveniência e oportunidade de que se reveste a medida.

Urge ressaltar que a área a ser doada deverá ser objeto de assentamento de diversas famílias da região.

Importante dizer que a questão agrária é uma demanda de notoriedade nacional e que necessita ser enfrentada por todos os entes da Federação.

Desta forma, o Governo do Paraná, avança nas questões do campo e apresenta o plano de lei fulcrado na certeza que as famílias que serão beneficiadas são de pequenos agricultores que, com seu trabalho, garantem subsistência familiar e fortalecem a economia local.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dos seguintes imóveis localizados no Município de Mangueirinha: Quinhão nº 2, Gleba 1, imóvel Bom Retiro, com 242,0 hectares, matrícula nº 1.363 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Mangueirinha; Quinhão nº 2, Gleba 1, imóvel Bom Retiro, com 849,1 hectares, matrícula nº 1.368 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Mangueirinha; Quinhão nº 2-A, Gleba 1 imóvel Bom Retiro, com 19,78 hectares, matrícula nº 1.367 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Mangueirinha; Quinhão nº 3, Gleba 1, imóvel Bom Retiro, com 169,4 hectares, matrícula nº 1.365 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Man-

gueirinha e Quinhão n° 6-A, imóvel Bom Retiro, com 24,2 hectares, matrícula n° 1.372 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Mangueirinha.

Art. 2° Os referidos imóveis deverão ser utilizados exclusivamente para fins de assentamento social, podendo o Estado retomar o bem a qualquer momento, caracterizado o desvirtuamento do mencionado objetivo.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios

Sob os n°s CTL/CC 015, 020, 021, 022 e 024/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°s:

363/06: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a constituir, por intermédio da COPEL ou subsidiária integral desta, consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - ELETROSUL, com o objetivo que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 15.462. **Anote-se - Arquite-se.**

004/07: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo promover os atos necessários a efetivar a estadualização, mediante incorporação à UENP (Lei n° 15.300/06), da Fundação Faculdades Luiz Meneghel - FFALM, situada no Município e Comarca de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o n° 15.464. **Anote-se - Arquite-se.**

001/07: do Poder Executivo que, cria 37 cargos em comissão de Diretor Geral de Presidência simbologia DAS-1, com lotação na SEJU, quatro cargos em comissão simbologia AE-1, com lotação na COMEC e inclui dois cargos em comissão de Secretário Especial no artigo 14, da Lei n° 8.485/87, o qual convertido em Lei tomou o n° 15.465. **Anote-se - Arquite-se.**

002/07: do Poder Executivo que, extingue a FUNDEPAR, o IDEP e o DECOM, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 15.466. **Anote-se - Arquite-se.**

567/06: de autoria do Deputado Hermas Brandão, que acresce parágrafo único o artigo 1°, da Lei n° 14.985, de 06 de janeiro de 2006, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 15.467. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o n° CTL/CC 017/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 547/03, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC n° 016/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver

VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar n° 593/06, de autoria do Deputado Renato Gaúcho e outros, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC 027/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 430/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° 034/07, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Relatório de Atividades Institucionais de 2006 do referido Tribunal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CTL/CC 014/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que a Indicação Legislativa n° 252/06 foi encaminhada ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que seja procedida a necessária análise do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CTL/CC 012/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que a Indicação Legislativa n° 251/06 foi encaminhada ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que seja procedida a necessária análise do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CTL/CC 023/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo o Projeto de Lei n° 297/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CTL/CC 028/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo o Projeto de Lei n° 572/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 195/07-OPG/GP, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias do Processo n° 461281/02-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com a interveniência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, no 2° quadrimestre de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 210/07-OPG/GP, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo n° 456312/06-TC, referente à homologação pelo Tribunal de Contas do Paraná, dos cálculos das quotas de participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 114/07-GP, do Sr. José Antonio Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei, relativo aos limites territoriais das Circunscrições Imobiliárias do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 278/CGOF/SENASP, do Sr. Sidnei Borges Fidalgo, Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do PNSP da Secretaria Nacional de Segurança Pública, encaminhando relação dos convênios celebrados em 2006 entre o Ministério da Justiça, por intermédio da referida Secretaria e o Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 03/07-GS/SEED, do Sr. Joélcio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre a instalação de turmas no turno da noite na Escola Estadual Santa Felicidade. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 301/07-GS/SEED, do Sr. Joélcio Luiz Kloss, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre o fechamento do Colégio Estadual Rafaela Jorge de Oliveira, de Florestópolis. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 104/07-GS, do Sr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre reportagem publicada no caderno cidades, do Jornal Folha de Londrina, no dia 22.11.06. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 084/07-GC/SGPDH/SEDH/PR, da Sra. Rossana Valéria Gonçalves - Gerente de Projeto, Substituta, da Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Presidência da República, informando convênio nº 048/06, entre a União, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Instituto de Ação Social do Paraná, com a interveniência do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 128/07-CGPC/DDAI/SECAD/MEC, do Sr. Márcio Simões, Coordenador-Geral de Planejamento e Convênios, Substituto, da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo do Ministério da Educação, comunicando Convênio nº 016/06, firmado com a Universidade Estadual de Londrina, objetivando apoiar a implantação e implementação do Programa Uniafro de Ações Afirmativas para a População Negra. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 113/07-CGPC/DDAI/SECAD/MEC, do Sr. Márcio Simões, Coordenador-Geral de Planejamento e Convênios, Substituto, da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo do Ministério da Educação, comunicando Convênio nº 014/06, firmado com a Universidade Estadual de Londrina, objetivando apoiar parcialmente o Projeto Formação de Profissionais para a Educação Sexual, o combate à homofobia e a promoção da cidadania homossexual. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 48/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 174/05. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 131/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Ofício do Prazo de Vigência ao Convênio nº 008/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 31/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 051/05. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 08/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 088/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 20/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 089/06 e liberação de recursos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 52/CGRL/SPOA/MDIC, do Sr. José Lincoln Daemon - Coordenador-Geral de Recursos Logísticos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, comunicando que foram liberados os recursos relativos ao Convênio nº 19/06, celebrado entre a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul com Interveniência do Governo do Estado do Paraná e o referido Ministério. **Ao conhecimento da Casa.**

## Memorando

Do Sr. Wilson Guimarães Ramalho, Coordenador de Convênios, Substituto, do Ministério da Educação, solicitando que sejam divulgados no site do MEC o extrato do Convênio nº 016/06, celebrado com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Ao conhecimento da Casa.**

## Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 11345764/MS/SE/FNS - valor de R\$ 552.775,28 - pagamento de incentivo para o fortalecimento da gestão em vigilância em saúde.
- Nº 11345765/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.
- Nº 11345766/MS/SE/FNS - valor de R\$ 21.120,00 - pagamento de prótese dentária.
- Nº 11345883/MS/SE/FNS - valor de R\$ 112.617,39 - pagamento de gastroplastia.
- Nº 11345884/MS/SE/FNS - valor de R\$ 96.673,66 - pagamento de angioplastia endovascular.
- Nº 11345885/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.644.536,73 - pagamento de terapia renal substitutiva.
- Nº 000080/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56 - pagamento de incentivo no âmbito do programa nacional de HIV AIDS e outras DST.
- Nº 000082/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56 - pagamento de incentivo no âmbito do programa nacional de HIV AIDS e outras DST.
- Nº 000086/MS/SE/FNS - valor de R\$ 269.330,70 - pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde - TFVS (ex-TFECED).
- Nº 000090/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.
- Nº 11421112/MS/SE/FNS - valor de R\$ 319.102,95 - pagamento de programa de combate ao câncer de colo uterino.
- Nº 11421113/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.382,72 - pagamento de patologia clínica.
- Nº 11421114/MS/SE/FNS - valor de R\$ 181.406,50 - pagamento de leucemia mielóide.
- Nº 11421116/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.972,90 - pagamento de assistência domiciliar.
- Nº 11421117/MS/SE/FNS - valor de R\$ 96.121,27 - pagamento de acompanhamento pós-transplante.
- Nº 000385/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.365,00 - pagamento de registro civil e nascimento.

- Nº 000386/MS/SE/FNS - valor de R\$ 112.960,00 - pagamento de assistência pré-natal.
- Nº 000438/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.305,00 - pagamento de registro civil e nascimento.
- Nº 000439/MS/SE/FNS - valor de R\$ 118.400,00 - pagamento de assistência pré-natal.
- Nº 000440/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.560,00 - pagamento de Faec Aih - Aids.
- Nº 11345637/MS/SE/FNS - valor de R\$ 24.598,28 - pagamento de fisioterapia.
- Nº 11345495/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.628,40 - pagamento de assistência domiciliar.
- Nº 11345494/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.835,90 - pagamento de psicodiagnóstico.
- Nº 11345493/MS/SE/FNS - valor de R\$ 419.130,42 - pagamento de neurocirurgia.
- Nº 11345192/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.160.600,00 - pagamento de formação profissional dos agentes comunitários de saúde.
- Nº 11345196/MS/SE/FNS - valor de R\$ 17.962,96 - pagamento de patologia clínica.
- Nº 11345194/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de programa para aquisição de medicamentos para a saúde mental.
- Nº 11345193/MS/SE/FNS - valor de R\$ 34.700,00 - pagamento de gestão plena de sistema estadual.
- Nº 11345195/MS/SE/FNS - valor de R\$ 16.249,80 - pagamento de tuberculose.
- Nº 11345492/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.400,30 - pagamento de queimados.
- Nº 11405627/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.931.012,05 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.
- Nº 11387761/MS/SE/FNS - valor de R\$ 269.330,70 - pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde.
- Nº 11387722/MS/SE/FNS - valor de R\$ 297.244,21 - pagamento de programa de combate ao câncer de colo uterino.
- Nº 11387690/MS/SE/FNS - valor de R\$ 387.289,65 - pagamento de programa de vigilância de produtos, serviços e ambiente.
- Nº 11345767/MS/SE/FNS - valor de R\$ 123.980,00 - pagamento de humanização do parto (assistência pré-natal).
- Nº 11346002/MS/SE/FNS - valor de R\$ 46.767,90 - pagamento de reabilitação.
- Nº 11346003/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.
- Nº 11387501/MS/SE/FNS - valor de R\$ 125.803,15 - pagamento de programa de vigilância de produtos, serviços e ambiente.
- Nº 11387617/MS/SE/FNS - valor de R\$ 157.867,08 - pagamento de média e alta complexidade - visa/taxa de fiscalização.

- Nº 000020/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99
- pagamento de programa para aquisição de medicamentos para a saúde mental.
- Nº 000021/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.130.573,65 - pagamento de gestão plena de sistema estadual.
- Nº 000025/MS/SE/FNS - valor de R\$ 113.880,00
- pagamento de assistência pré-natal.
- Nº 000026/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.630,00 - pagamento de FAEC AIH - AIDS.
- Nº 000028/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.443.975,45 - pagamento de acompanhamento de paciente.
- Nº 000029/MS/SE/FNS - valor de R\$ 315.772,05
- pagamento de acompanhamento de saúde mental.
- Nº 000033/MS/SE/FNS - valor de R\$ 368.222,50
- pagamento de triagem neo-natal.
- Nº 000039/MS/SE/FNS - valor de R\$ 116.600,00
- pagamento de centros de especialidades odontológicas.
- Nº 000040/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.420,00 - pagamento de registro civil e nacionalmente.
- Nº 000041/MS/SE/FNS - valor de R\$ 115.920,00
- pagamento de assistência pré-natal.
- Nº 000041/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.918,00 - pagamento de FAEC S/A - AIDS.
- Nº 000042/MS/SE/FNS - valor de R\$ 31.431,50 - pagamento de terapia e psicoterapia.
- Nº 000042/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.270,00 - pagamento de FAEC AIH - AIDS.
- Nº 000089/MS/SE/FNS - valor de R\$ 16.228,80 - pagamento de tuberculose.
- Nº 000103/MS/SE/FNS - valor de R\$ 22.257,16 - pagamento de fisioterapia.
- Nº 000135/MS/SE/FNS - valor de R\$ 338.972,98
- pagamento de angioplastia endovascular.
- Nº 000260/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.670,00 - pagamento de FAEC AIH - AIDS.
- Nº 000323/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.325,00 - pagamento de registro civil e nascimento.
- Nº 000324/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.485,41 - pagamento de queimados.
- Nº 000325/MS/SE/FNS - valor de R\$ 123.547,51
- pagamento de gastroplastia.
- Nº 000326/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56
- pagamento de incentivo no âmbito do programa nacional de HIV AIDS e outras DST.
- Nº 000387/MS/SE/FNS - valor de R\$ 358.819,23
- pagamento de neurocirurgia.
- Nº 11345886/MS/SE/FNS - valor de R\$ 11.868,00 - pagamento de FAEC S/A - AIDS.
- Nº 11421104/MS/SE/FNS - valor de R\$ 49.793,00 - pagamento de programa de expansão do PSF - PROESF.
- Nº 11421105/MS/SE/FNS - valor de R\$ 38.250,00 - pagamento de incentivo para as ações de vigilância e controle da tuberculose.
- Nº 11421106/MS/SE/FNS - valor de R\$ 70.000,00 - pagamento de incentivo para capacitação da utilização do SINAN NET.
- Nº 11421107/MS/SE/FNS - valor de R\$ 8.800,00
- pagamento de centros de especialidades odontológicas.
- Nº 11421108/MS/SE/FNS - valor de R\$ 8.800,00
- pagamento de centros de especialidades odontológicas.
- Nº 11421109/MS/SE/FNS - valor de R\$ 48.208,30 - pagamento de reabilitação.
- Nº 11421110/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.529,02
- pagamento de psicodiagnóstico.
- Nº 11421111/MS/SE/FNS - valor de R\$ 25.830,00 - pagamento de prótese dentária.
- Nº 11421115/MS/SE/FNS - valor de R\$ 124.360,00 - pagamento de humanização do parto (assistência pré-natal).
- Nº 11420250/MS/SE/FNS - valor de R\$ 148.924,14 - pagamento de transplantes.
- Nº 000091/MS/SE/FNS - valor de R\$ 530.120,75
- pagamento de detecção deficiência auditiva.
- Nº 000119/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34
- pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.
- Nº 000145/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34
- pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.
- Nº 000267/MS/SE/FNS - valor de R\$ 214.756,36
- pagamento de transplantes.
- Nº 000281/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56
- pagamento de incentivo no âmbito de programa nacional de HIV AIDS e outras DST.
- Nº 00357/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.644.536,73 - pagamento de terapia renal substitutiva.
- Nº 000358/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 - pagamento de incentivo para estabelecimentos de parcerias com as OSC.
- Nº 000412/MS/SE/FNS - valor de R\$ 38.733,33 - pagamento de formação profissional dos agentes comunitários.
- Nº 000413/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.
- Nº 11345635/MS/SE/FNS - valor de R\$ 34.700,00 - pagamento de gestão plena de sistema estadual.
- Nº 11345636/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.612,96 - pagamento de terapia e psicoterapia.
- Nº 11345762/MS/SE/FNS - valor de R\$ 558.545,43 - pagamento de detecção deficiência auditiva.
- Nº 11345763/MS/SE/FNS - valor de R\$ 666.050,00 - pagamento de formação profissional dos agentes comunitários de saúde.
- Nº 000086/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34
- pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.

- Nº 000088/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.238,10 - pagamento de inibidor de lactação.
- Nº 000502/MS/SE/FNS - valor de R\$ 14.645,40 - pagamento de tuberculose.
- Nº 000499/MS/SE/FNS - valor de R\$ 33.290,00 - pagamento de prótese dentária.
- Nº 000497/MS/SE/FNS - valor de R\$ 114.580,00 - pagamento de humanização do parto (assistência pré-natal).
- Nº 000053/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.065,00 - pagamento de FAEC AIH - Sífilis.
- Nº 000087/MS/SE/FNS - valor de R\$ 21.567,00 - pagamento de FAEC SIA - AIDS.
- Nº 000090/MS/SE/FNS - valor de R\$ 22.410,56 - pagamento de fisioterapia.
- Nº 000096/MS/SE/FNS - valor de R\$ 13.593,12 - pagamento de patologia clínica.
- Nº 000098/MS/SE/FNS - valor de R\$ 295.805,88 - pagamento de programa de combate ao câncer de colo uterino.
- Nº 000101/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.583,82 - pagamento de psicodiagnóstico.
- Nº 000226/MS/SE/FNS - valor de R\$ 343.241,00 - pagamento de triagem neo-natal.
- Nº 000293/MS/SE/FNS - valor de R\$ 357.070,00 - pagamento de acompanhamento de saúde mental.
- Nº 000297/MS/SE/FNS - valor de R\$ 34.184,82 - pagamento de terapia e psicoterapia.
- Nº 000363/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.676,85 - pagamento de assistência domiciliar.
- Nº 000365/MS/SE/FNS - valor de R\$ 44.932,30 - pagamento de reabilitação.
- Nº 000426/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.552,188,30 - pagamento de acompanhamento de paciente.
- Nº 000427/MS/SE/FNS - valor de R\$ 117.517,59 - pagamento de acompanhamento pós-transplante.
- Nº 000094/MS/SE/FNS - valor de R\$ 188.671,50 - pagamento de leucemia mielóide. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº de referência 11345680/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, no valor de R\$ 9.873,17 para pagamento de INTEGRASUS II.

Sob o nº de referência 11345712/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital da Cruz Vermelha, no valor de R\$ 1.382,53 para pagamento de INTEGRASUS II.

Sob o nº de referência 11345681/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Psiquiátrico Dom Alberto - Irmandade da Santa Casa de

Misericórdia de Curitiba, no valor de R\$ 30.336,86 para pagamento de INTEGRASUS II.

Sob o nº de referência 11345714/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Maternidade Victor Ferreira do Amaral - FUNPAR Fundação da UFPR, no valor de R\$ 2.110,47 para pagamento de INTEGRASUS II.

Sob o nº de referência 000094/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para Inkafarma Comércio Farmacêutico S.A., no valor de R\$ 7.664,85, para pagamento de expansão do programa farmácia popular do Brasil.

Sob o nº de referência 000041/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para Inkafarma Comércio Farmacêutico S.A., no valor de R\$ 7.803,67, para pagamento de expansão do programa farmácia popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 01 de fevereiro de 2007.

Senhor Presidente:

Vimos por intermédio do presente comunicar a V. Exa. a minha desfiliação do Partido da Frente Liberal - PFL, comunicando ainda que farei parte da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, renovamos nossos elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente.

(a) FÁBIO CAMARGO

## ***Proposta de Emenda Constitucional***

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, independente de convocação, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Chico Noroeste, Péricles de Mello, Elio Rusch, Edson Strapasson, Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Ademir Traiano, Jocelito Canto, Fábio Camargo, Stephanes Júnior, Pastor



Edson Praczyk, Duílio Genari, Rosane Ferreira, Osmar Bertoldi, Luiz Accorsi e Douglas Fabrício.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição, visa colher o devido apoio dos membros deste Poder Legislativo, para que seja dada nova redação ao artigo 61, de nossa Carta Magna Estadual, adequando a especificação dos períodos temporais concernentes aos recessos parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aos moldes da recente Emenda Constitucional Federal aprovada, que especificou o período de funcionamento ordinário do Congresso Nacional, como sendo de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano.

Em que pese entendermos que a atividade parlamentar extrapola, em muito, os trabalhos realizados ordinariamente pelos Deputados dentro da Assembléia Legislativa, seja em plenário, nas Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito, seja no trato e acompanhamento do processo legislativo que forma o arcabouço normativo estadual, ou até mesmo no atendimento de pessoas nos gabinetes parlamentares, conotamos o caráter moralizador da proposta ora apresentada, por expressar a vontade da maioria calcada no interesse público.

O Deputado Estadual, assim como os demais políticos eleitos para representarem as aspirações do povo, além do trabalho ordinário da Instituição Legislativa, tem ainda a atividade político-partidária a cumprir, não podendo também afastar-se de suas bases eleitorais, pois dependem do voto para se reelegerem. Encontram nos recessos parlamentares um meio de levarem suas palavras próximas aos seus concidadãos, dentro de um Estado com dimensões como as do Paraná.

Mas a diminuição dos recessos parlamentares não irá prejudicar o deslocamento parlamentar às suas bases de representação. O Poder Legislativo está entrando em uma era de interiorização estadual, levando a atividade da Assembléia para os Municípios em Sessões Especiais.

A TV Assembléia está cada vez mais próxima da sociedade paranaense, possibilitando ao povo acompanhar seus Parlamentares on line em suas atividades. A modernidade vem eliminando fronteiras e limites, a internet facilitando a comunicação, sem falar do profícuo trabalho da imprensa legislativa, que leva ao conhecimento popular todos os passos e manifestações do Poder.

Sabedores que dos períodos de recessos, poucos dias se apresentam ao político como férias para o merecido descanso, entendemos a indignação popular que confunde recesso como férias, pois os servidores públicos civis e militares, os trabalhadores da iniciativa privada, legalmente contam com tão somente trinta dias para gozarem de descanso de seu trabalho.

Assim justificada a proposição, conclamamos todos os nobres Pares, Parlamentares desta Assembléia Legislativa, a agregarem-se favoravelmente à presente iniciativa, por se tratar de matéria de relevante interesse do povo do Paraná.

## **Indicações**

### **INDICAÇÃO Nº 001/07**

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - com o intuito de equilibrar os vencimentos dos Diretores de Escolas Estaduais, adequando-os à responsabilidade progressiva vinculada ao número de alunos matriculados nas Escolas que dirigem.

Proposta de acrescentar ao artigo 27-A a Lei Complementar 103, de 15.03.04:

“Art. 27-A. Serão concedidas gratificações sobre o vencimento inicial da carreira de professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, aos professores em exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino, proporcionalmente ao número de alunos regularmente matriculados, sem prejuízo ao inciso III do artigo 27, desta lei, de acordo com as condições especificadas a seguir:

I - gratificação de 10% (dez por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 500 (quinhentos) e até 1.000 (mil) alunos;

II - gratificação de 15% (quinze por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 1.000 (mil) e até 1.500 (mil e quinhentos) alunos;

III - gratificação de 20% (vinte por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 1.500 (mil e quinhentos) e até 2.000 (dois mil) alunos;

IV - gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 2.000 (dois mil) e até 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos;

VIII - gratificação de 30% (trinta por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 3.000 (três mil) alunos.”

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

**JUSTIFICATIVA:**

Por certo, quanto maior o número de alunos matriculados em uma escola, maiores serão as responsabilidades e à carga de trabalho a serem assumidas pelas sua Direção. Nada mais justo então que os professores que respondem por tal cargo recebam gratificação gradualmente proporcional à carga de trabalho que executam. Esta é uma reivindicação antiga da classe.

Assim, a presente indicação tem por objetivo propor uma forma de sanar esta deficiência, apresentando solução para que haja maior equilíbrio entre a carga de trabalho e os vencimentos dos diretores de Escolas Estaduais do Estado do Paraná, e, para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

## INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e com base no artigo 10 e parágrafo 1º do Regimento interno desta augusta Casa de Leis, comunicam a V. Exa. a constituição de um Bloco Parlamentar formado pelas Bancadas do Partido Popular Socialista - PPS e Partido da Mobilização Nacional - PMN.

Informamos ainda, que o Bloco Parlamentar será composto de quatro Deputados, conforme prevê o parágrafo 3º do referido artigo acima citado.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(aa) DR. BATISTA, MARCELO RANGEL, FELIPE LUCAS e DOUGLAS FABRÍCIO.

## INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Vimos por intermédio do presente comunicar a V. Exa. a formação do Bloco Parlamentar PSB/PL/PRB, nesta augusta Casa de Leis, tendo sido escolhido o ilustre Deputado Reni Pereira como Líder do Bloco.

Sem mais para o momento, renovamos nossos elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(aa) CHICO NOROESTE, RIBAS CARLI FILHO, PASTOR EDSON PRACZYK e RENI PEREIRA.

## INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Vimos por intermédio do presente comunicar a V. Exa. que o ilustre Deputado Fábio Camargo responderá pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB nesta augusta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, renovamos nossos elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(aa) CARLOS SIMÕES  
FÁBIO CAMARGO  
JOCELITO CANTO

## INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas atribuições regimentais, vem comunicar, a composição da Liderança do PT para o ano de 2007, como segue: Líder: Elton Welter; 1º Vice-Líder: Professor Luizão; 2º Vice-Líder: Tadeu Veneri.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(aa) TADEU VENERI, PÉRICLES DE MELLO, PROFESSOR LUIZÃO, ELTON WELTER e LUCIANA RAFAGNIN.

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, a realização de Sessão Solene no dia 12 de março de 2007 para outorga do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Salim Sahão *in memoriam*.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) NELSON JUSTUS

### REQUERIMENTO Nº 019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja destinada a data de 25 de maio de 2007 para a entrega de título de Cidadão Benemérito ao Sr. Francisco Terasawa, sendo que a Sessão Solene deverá ocorrer na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

### REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER, seja registrado nos Anais da Assembléia Legislativa que neste ano se completa o centenário de nascimento de Armando Zanato, um dos grandes colonizadores do Oeste do Paraná e fundador de Corbélia.

#### Biografia de Armando Zanato

Nascido dia 26 de dezembro de 1907 em Ajuricaba, no Rio Grande do Sul, filho de Antonio Marino Zanato e Isolina Otonelli Zanato, casou-se com Iracema Luiza Göellner Zanato, pessoa que deu o nome ao Município de Corbélia, conhecida como "Cidade das Flores", local onde sua família ainda reside, prestando serviços à comunidade.

Mudou-se para Cascavel em 1950 e, como corretor de imóveis, contratado pela estatal Fundação Paranaense de Colonização e Imigração - FPCI, teve a missão de pacificar os posseiros e renegociar a legalização de terras. Este fato possibilitou a estatal que vendesse o saldo de terras de cada lote.

Ao andar no sertão, descobriu um cruzamento de caminhos: um ligando Cascavel à barranca do Rio Piquiri e outro que vinha da região de Sertãozinho à estrada que ligava Cascavel ao Piquiri. Este último, traçado, passando pela "Placa", atual Central Santa Cruz, que na época pertencia a Cascavel e hoje é de Cafelândia.

Foi neste caminho que fundou Corbélia, primeiro Distrito de Cascavel, que durante muitos anos e até sua emancipação, com sua produção e seus impostos abasteceram de recursos os cofres da Prefeitura Municipal de

Cascavel. Este encontro de caminhos é hoje o marco central da Praça Paraguai.

Ainda no Oeste Paranaense exerceu muita influência e contribuiu para o desenvolvimento da região com a criação e colonização de Cidades como Barbosa Ferraz, Santa Helena entre outras e, junto com amigos, fundou o primeiro Banco local, o Banquiri - Banco Agrícola Vale do Piquiri Sociedade Cooperativa Ltda.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) EDGAR BUENO

#### REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à Fundação Cultural e Educacional Luzamor, em razão da morte, aos 87 anos da Sra. Sumiko Myiamoto, uma das fundadoras da instituição. No final de janeiro de 2007, Maringá perdeu uma de suas personalidades mais importantes. A Sra. Sumiko Myiamoto contribuiu de forma inestimável para a cultura da cidade.

Com a irmã Yaeko Miyamoto e com o maestro Aniceto Matti, ela criou a Fundação Cultural e Educacional Luzamor, instituição sem fins lucrativos que, desde 1975, desenvolve projetos sociais para promover educação de crianças e jovens pelo ensino da música.

Dona Sumiko foi vanguarda, pois chegou a Maringá em época em que não havia instituições e trouxe um piano da marca Yamaha. Sempre teve metas a cumprir.

O nome de Dona Sumiko ficou marcado na história de Maringá, com trabalho e dedicação às crianças e à música.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Aírton Zampieri, aposentado, pai do ex-Vereador de Ponta Grossa Marcos Zampieri, ocorrido na data de hoje.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, Rua Rodrigo Silva, 504, Uvarana, CEP 84030-040, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Íris Zanello Milleo, mãe do Prefeito Municipal de Piraí do Sul, Valentin Zanello Milléo e esposa do ex-Prefeito do mesmo Município por duas gestões, Samuel Milléo, ocorrido no dia 13 de fevereiro passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, através da Prefeitura Municipal, Praça Alípio Domingues, 34, CEP 84240-000, Piraí do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 12 de fevereiro passado, da Sra. Judith Carneiro de Mello, membro de uma das mais tradicionais famílias de Castro, professora aposentada e historiadora, Cidadã Benemerita do Município e divulgadora das belezas históricas e naturais locais. Criadora do Museu do Tropeiro e organizadora da Casa da Sinhara, que homenageia as mulheres castrenses.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada através do Sr. Álvaro Telles, na Prefeitura Municipal, Praça Pedro Kaled, 22, Centro, CEP 84165-540, Castro-PR.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Nunes Cottar, jornalista respeitado pela população de Ponta Grossa e do Paraná, ocorrido em 04 de fevereiro passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, na pessoa da viúva Sra. Aldonir Coelho Cottar, Travessa Frei Caneca, 39, apartamento 35, Rebouças, CEP 80010-090, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Olinda Joanina Rizzi Sperafico, ocorrido no dia de hoje, 26 de fevereiro de 2007.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada, na pessoa de Dilceu Sperafico, Av. Senador Attilio Fontana, 2297 - Jardim Panorama, CEP 85911-290 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Toledo, consternada e triste, chora a morte da pioneira D. Olinda Joanina Rizzi Sperafico.

Com 92 anos de vida, dos quais mais de cinquenta anos vividos no Município de Toledo. Uma mulher admirável, muito esforçada, corajosa, respeitada e enaltecida pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como cidadã. Sempre responsável e preocupada com tudo o que dizia respeito à família e bem coletivo da comunidade que tanto amava e participava ativamente no seu desenvolvimento.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se associa à dor da família enlutada, transmitindo suas condolências para filhos, parentes, amigos e população de Toledo.

#### REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tomie Yamawaki Watanabe, no último dia 10 de janeiro do corrente ano, em Curitiba, com 82 anos de idade.

Dona Tomie deixa viúvo o Sr. Toshiji Watanabe e era mãe do Sr. Jorge Yamawaki, Presidente do Bun-Enyo.

À família enlutada as sinceras condolências desta Casa.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar à família da Sra. Sumiko Miyamoto, com 87 anos de idade, na Cidade de Maringá.

A professora Sumiko Miyamoto era pessoa de excelente relacionamento, sendo detentora de condecoração pelo Governo Japonês, razões de nossa proposição.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Richa Filho.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Secretário Municipal de Administração, Sr. José Richa Filho, pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana, contribuindo para o desenvolvimento da nossa cidade.

Destacamos sua competência e dedicação, marcas de sua administração na gestão do Prefeito Beto Richa.

O Sr. José Richa Filho é graduado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, ao longo de sua carreira, desenvolveu importantes projetos, ocupando funções como: auxiliar técnico na Companhia Auxiliar de Viação e Obras (1984-1988); engenheiro civil na Momento Engenharia (1990-1995); Superintendente Comercial na Via Engenharia (1995-1996); engenheiro júnior na Fundação Atech (1998-jul/2000).

Foi Diretor Administrativo-Financeiro do Departamento de Estradas e Rodagem DER-PR (jul/00 a dez/02); e Diretor Administrativo-Financeiro da Agência de Fomento do Paraná S/A (abr/03 a abr/04).

#### REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de congratulações ao jornal Pitoco, na pessoa de seu fundador e proprietário Jairo Eduardo Fabrício Lemos, pelo transcurso de seu 10º ano de ininterrupta circulação.

Trata-se de iniciativa que vem se desenvolvendo desde 27 de janeiro de 1997, quando passou a suprir lacuna na Cidade que ainda não contava com veículo alternativo de informação, apresentado em forma criativa e com enfoque em assuntos de relevância social, de baixo custo de produção. Em seu histórico, o jornal Pitoco, registra-se como “primeiro órgão da imprensa escrita de Cascavel com site na Internet” ([www.pitoco.com.br](http://www.pitoco.com.br)), porém obteve espaços em programas de rádio e TV, em cujas reportagens popularizou como mascote um cachorrinho sem rabo preso com ninguém.

Do histórico, além do sugestivo slogan, destacamos ainda que seu estilo lacônico fizeram do Pitoco um campeão de leitura em Cascavel, com média pesquisada e comprovada de oito leitores por exemplar, perfazendo mais de vinte mil leitores na cidade e no planeta (através da internet).

O fundador do jornal Pitoco, Jairo Eduardo, é jornalista conceituado na Cidade de Cascavel, com grande poder de síntese nas reportagens que faz, fruto de suas qualificações profissionais e da experiência acumulada na elaboração do informativo.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) EDGAR BUENO

#### REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER, à Mesa seja oficiado à Câmara Municipal de Iporã, enviando voto de congratulações á nova Mesa Executiva, assim constituída: Presidente: Vereadora Valdair Bortolotti (PT); Vice-Presidente: Vereador Sérgio Luiz Borges (PHS); 1º Secretário: Vereador Pedro Zanfrilli (PDT); 2º Secretário: Vereador Valdino Weber (PSDB).

Esta Casa de Leis deseja sucesso aos Vereadores e que os trabalhos daquela Câmara de Vereadores possam beneficiar a comunidade com políticas públicas de qualidade.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Câmara Municipal de Sarandi, enviando voto de congratulações à nova Mesa Executiva, eleita em 16 de dezembro de 2006 e empossada em 1º de janeiro de 2007, assim constituída: Presidente: Vereador Rafael Pszybylski (PP); Vice-Presidente: Vereador João Lara Vieira (PSC); 1º Secretário: Vereador Luiz Carlos de Aguiar (PPS); 2º Secretário: Vereador Carlos Alberto de Paula Júnior (PMDB).

Demais Vereadores que compõem a 6ª Legislatura (2005-2008): Antonio da Cunha (PSB); Belmiro da Silva Farias (PMDB); Cilas Souza Morais (PFL); Claudionei Aparecido Vitorino da Silva (PT); Cleiton Damasceno do Carmo (PT); Valdir da Silva (PTB).

Esta Casa de Leis deseja sucesso aos Vereadores e que os trabalhos daquela Câmara de Vereadores possam beneficiar a comunidade com políticas públicas de qualidade.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Câmara Municipal de Itambé, enviando voto de congratulações à nova Mesa Executiva, assim constituída: Presidente: Vereadora Maria Salete Fragozo Broio (PMDB); Vice-Presidente: Vereador Ananias Soares Vieira (PSDB); 1º Secretário: Vereador Adriano Rodrigues Lopes (PDT); 2º Secretário: Vereador Sebastião Farias (PTB).

Esta Casa de Leis deseja sucesso aos Vereadores e que os trabalhos daquela Câmara de Vereadores possam beneficiar a comunidade com políticas públicas de qualidade.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado à Câmara Municipal de Campo Mourão, enviando voto de congratulações à nova Mesa Executiva, assim constituída: Presidente: Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira (PMDB); Vice-Presidente: Vereador Salvador Martins Turílio (PSL); 2º Vice-Presidente: Vereador Carlos Antonio I. Koch (PPS); 1º Secretário: Vereador Edson Silva de Lima (PPS); 2º Secretário: Vereador Isidoro da Silva Moraes (PP).

Esta Casa de Leis deseja sucesso aos Vereadores e que os trabalhos daquela Câmara de Vereadores possam beneficiar a comunidade com políticas públicas de qualidade.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São João do Triunfo, pela passagem, no próximo dia 15, de seus 117 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz de Lima, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Acir Vagner, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A base do povoamento de São João do Triunfo começou em 1864, com João Nunes de Souza. Não demorou muito e Rio da Vargem, primeira denominação da localidade, teve um novo morador, Antônio Dotes, que chegou em 1867. Com ele vieram outras pessoas.

Logo foi construída uma capela, na qual foi entronizada a imagem de São João Batista. Muitas casas foram construídas ao redor da pequena igreja. Em 16 de março de 1871, pela Lei Provincial nº 254, São João do Triunfo foi elevado à categoria de Freguesia.

Pela Lei Estadual nº 13, de 08 de janeiro de 1890, foi criado o Município. O território de São João do Triunfo abriga o Distrito de Palmira, que no início do século recebeu imigrantes poloneses através das Colônias Rio dos Patos e Brumado. Palmira recebeu foros de Município em 10 de abril de 1909, pela Lei nº 874. Mais tarde o Município de Palmira foi extinto e anexado ao de São João do Triunfo.

Pela Lei nº 93, de 14 de setembro de 1948, o Município passou a sede da Comarca, sendo instalado a 25 de janeiro de 1949.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens que serão prestadas à toda a população de São João do

Triunfo, na significativa data de seu 117º aniversário de emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Sr. Itamar Ribeiro, Diretor Regional dos Correios do Paraná, pela conquista do 1º lugar no Prêmio de Qualidade dos Correios, com desempenho Ouro, entre as 27 Regionais do Brasil, com pontuação recorde.

O Prêmio Qualidade dos Correios foi instituído no ano de 2000 e tem como objetivo avaliar a excelência da gestão e utilizar os critérios da Fundação Nacional da Qualidade, instituição reconhecida internacionalmente por promover o desenvolvimento das organizações.

Esta conquista é fruto do trabalho dedicado e competente dos 6.000 empregados dos Correios do Paraná e do forte investimento em capacitação, tecnologia, infraestrutura e da parceria com os clientes, fornecedores, autoridades e lideranças do Estado.

Esses votos são extensivos aos 6.000 funcionários que trabalharam por essa vitória.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Sr. Wilson de Matos Silva, pela sua posse na Presidência do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM.

O Sr. Wilson de Matos Silva é Reitor do Centro de Ensino Superior de Maringá - CESUMAR e suplente do Senador Álvaro Dias. Sua capacidade administrativa é altamente comprovada e por certo empreenderá um novo ritmo na administração do CODEM em Maringá.

Por essas razões é que propomos os mais sinceros cumprimentos ao novo Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Moção de Apoio à indicação do nome do Deputado Federal, Reinhold Stephanes, ao cargo de Ministro de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(aa) ALEXANDRE CURI, STEPHANES JÚNIOR, ANTONIO ANIBELLI, MAURO

MORAES, NEREU MOURA, ARTAGÃO JÚNIOR, CAÍTO QUINTANA, CLEITON KIELSE, CHEIDA, WALDYR PUGLIESI e cinco ilegíveis.

#### JUSTIFICATIVA:

O Deputado Federal Reinhold Stephanes é um dos melhores quadros do PMDB, já tendo ocupado diversos cargos de relevância na administração pública deste País e do Paraná - foi Ministro de dois Governos e Secretário de Estado da Administração, Planejamento e Previdência. Seu currículo, em anexo, pode mostrar melhor a importância aos paranaenses em ter o nobre Deputado ocupando um cargo tão importante para a Nação.

Mandatos Eletivos: Deputado Federal, 1979-1983, PR, Arena; Deputado Federal, 1983-1987, PR, PDS; Deputado Federal, 1991-1995, PR PFL; Deputado Federal, 1995-1999, PR, PFL; Deputado Federal, 2005-2006, PR, PMDB; Deputado Federal, 2007 -2011, PR, PMDB; Suplência e Efetivações:

Assumiu e foi efetivado no mandato de Deputado Federal na Legislatura 2003-2007, em 20 de outubro de 2005.

Licenças: licenciou-se do mandato de Deputado Federal na Legislatura 1991-1995, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social, de 20 de janeiro a 5 de outubro de 1992, e de 1º a 31 de janeiro de 1995. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na Legislatura 1995-1999, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, de 3 de fevereiro de 1995 a 3 de abril de 1998. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na Legislatura 2003-2007, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, a partir de 24 de novembro de 2005.

Filiações Partidárias: PDS; PFL, 1990; Arena.

Atividades profissionais e cargos públicos: professor universitário, Universidade Católica do Paraná, 1966-1967; Assessor Econômico do Departamento de Fazenda da Prefeitura de Curitiba, PR, 1964; Supervisor de Planejamento Econômico e Social, Gabinete do Prefeito de Curitiba, PR 1965; Secretário Municipal da Fazenda, Curitiba, PR, 1966-1967; Diretor-Geral da Fazenda, Curitiba, PR, 1966-1967; Inspetor-Geral de Finanças, 1967-1970; Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Secretário-Geral Substituto, Ministério da Agricultura, 1970-1973; Diretor, INCRA, 1970-1973; Secretário de Apoio, MEC, 1974; Presidente, INPS, 1974-1979; Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, 1979-1981; Ministro de Estado da Previdência Social, 1992 e 1995; Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, 1995-1998.

Estudos e Graus Universitários: Economia, UFPR, Curitiba, 1960-1963; Desenvolvimento Econômico, CEPAL/ONU, 1963; Administração e Desenvolvimento Municipal, RFA, 1966; Estágio em Administração Financeira, EUA, 1968.

Atividades parlamentares: Congresso Nacional: CPI Mista para apurar irregularidades na Previdência

Social: Titular, 1991 Câmara dos Deputados: Comissões Permanentes: Agricultura e Política Rural, Membro, 1983-1986, e Suplente, 1994; Defesa Nacional, Suplente, 1992-1993; Economia, Indústria e Comércio, Presidente, 1991-1992, e Suplente, 1993; Finanças e Tributação, Presidente, 1994, Titular, 1994, 4/2006 e Suplente, 1998-1999; Previdência e Assistência Social, Presidente, 1984-1985; Seguridade Social e Família, Titular, 1993 e 1998 - 1999, 14.02.2007 e Suplente, 1991-1992 e 1994; Trabalho e Legislação Social, Suplente, 1983.

Comissões Especiais: PEC nº 169/95, Remuneração de Vereadores e Prefeitos Municipais: Suplente, 1998-1999; PEC nº 20, Parlamentarismo: Suplente, 1998-1999; PEC nº 231/95, Redução Jornada Máxima de Trabalho para 40 Horas Semanais: Suplente, 1998-1999; PEC nº 361/96, Usinas Hidrelétricas: 1º Vice-Presidente, 1998-1999, e Titular, 1998-1999; PEC nº 71/91, Vinculação do Salário Mínimo na Fixação da Aposentadoria e da Pensão por Morte: Titular, 1993; PEC nº 82/95, Recursos da Seguridade Social ao SUS: Titular, 1998-1999; PL nº 824/91, Propriedade Industrial: Relator, 1992; Programa de Estabilização do Governo: Titular 1993.

Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas: Presidente da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, 1981-1983.

Conselhos: Membro do Conselho Municipal de Contribuinte, Curitiba, PR; Conselheiro, Fundo Federal Agropecuário, 1967; Conselheiro, Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, MEC, 1974.

Condecorações: Ordem de Rio Branco, Comendador, MRE, 1975; Medalha de Tiradentes, Governo do Estado de Minas Gerais, 1977; Troféu Barriga Verde, 1977; Cidadão Honorário de Alagoas, Londrina, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

Obras Publicadas: STEPHANES, Reinhold. O Programa de Integração Nacional e a Colonização da Amazônia. Brasília: [s.n.], 1972. 44p. Notas sobre a agricultura brasileira. Brasília: SUPLAN, 1973. A Previdência Social Urbana e o INPS. [S.I.:s.n.], 1976. 37 p. Política Social e Previdência Social no Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977. Previdência Social e Distribuição de Renda, Rio de Janeiro: [s.n.], 1978. Agricultura paranaense. Curitiba: [s.n.], 1980. A opção pela agricultura paranaense. Curitiba: [s.n.], 1981. Previdência Social: um problema gerencial. Rio de Janeiro: Lidador, 1984. 193 p. Previdência Social: uma solução gerencial e estrutural. Porto Alegre: Síntese, 1993. 284 p. Reforma da Previdência sem segredos. Rio de Janeiro: Record, 1998. 243 p.

Missões Oficiais: Viagem ao Japão, 1981. Integrante da comitiva presidencial em visita ao Reino da Bélgica e à Sede da União Européia, e em visita à República Federal da Alemanha, 1995.

#### REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a revogação da proibição de acesso e comércio de mercadorias dos vendedores ambulantes aos prédios deste Poder Legislativo.

Tal requerimento justifica-se pelo fato de que, em razão da falta de empregos no Brasil e em nosso Estado, toda maneira lícita de sobrevivência e manutenção da família deva ser incentivada. O que está acontecendo nesta Casa de Leis é o oposto, está se cerceando o direito de livre acesso aos vendedores ambulantes que há anos sobrevivem desse comércio. Sensibilizado, principalmente pelo fato deste Parlamentar já ter sido vendedor ambulante, sugere seja feito cadastramento desses vendedores e, após isso, possam voltar a comerciar seus produtos nestes prédios.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Governo do Estado do Paraná, estudos para viabilizar a instalação de uma Cia. da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A falta de segurança em Itaperuçu e Rio Branco do Sul é uma realidade em vários Municípios da Região Metropolitana.

Tal solicitação se faz em atendimento aos inúmeros pedidos que recebemos, após ouvirmos a comunidade local, o qual alegam que o efetivo da Polícia Militar é inferior, não atendendo as necessidades para combater a violência. Acreditamos que com a instalação de uma Cia. da PM, estaremos atendendo a uma antiga reivindicação dos moradores.

#### REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando informações sobre o estágio em que se encontram as obras para a construção do Hospital Regional de Ponta Grossa, bem como o número da conta bancária onde encontram-se depositados os recursos destinados à referida obra. Recursos estes anunciados pelo Sr. Governador em outubro de 2006 e que ficariam bloqueados até o início da construção do referido hospital.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando providência no sentido de oferecer segurança para os agricultores do Município de Assaí.

Os agricultores de Assaí e região têm sido vítimas de constantes assaltos, que além de provocarem uma grande insegurança à população, ainda têm causado grandes prejuízos aos agricultores.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor segurança na zona rural de Assaí.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando uma bomba para poço artesiano - potência mínima de 5 KVA, para ser usada na comunidade Santa Felicidade, no Município de Rancho Alegre d'Oeste.

O poço artesiano em referência, além de atender o fornecimento de água para as necessidades da comunidade, irá também auxiliar as necessidades do Departamento de Agricultura do Município e o atendimento da irrigação e fornecimento de água ao viveiro de mudas que atende ao Programa de Mata Ciliar dessa municipalidade.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Governador e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre a operação da PM realizada no dia 20 de fevereiro de 2007, por volta das 20h, na localidade do Posto 22, Município de Fazenda Rio Grande, que teria resultado na prisão arbitrária, seguido de roubo de dinheiro, relógio e celulares, conforme denúncia da própria vítima, o cidadão José Valter de Oliveira, 47 anos, casado. Segundo Valter Oliveira, tal crime teria sido praticado por policiais militares que estavam em serviço. O Deputado quer saber quantos policiais participaram da operação, os nomes dos respectivos envolvidos e quais os procedimentos que serão tomados contra os PMs, caso se confirme os atos de bandagem cometidos.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo relatos do Sr. José Valter de Oliveira, 47 anos, casado, pai de dois filhos, tudo aconteceu

quando no sábado, dia 17 de fevereiro de 2007, por volta das 20h, ao retornar de um posto de gasolina nas imediações do Posto 22, em Fazenda Rio Grande, para fazer funcionar o seu veículo que estava em pane seca, ele foi abordado por policiais da PM que pediram os seus documentos já de forma autoritária e violenta. Em seguida tiraram cerca de R\$ 600,00 que estavam em sua carteira, mais o seu relógio e celular (pertences que foram roubados pelos policiais, segundo a vítima), o algemaram e o levaram para um local ermo onde começou a sessão de tortura que durou pelo menos três horas, quando foi levado até a delegacia de polícia de Fazenda Rio Grande, onde foi jogado no interior da mesma, com costelas e dentes quebrados e hematomas por todo o corpo. Ainda segundo a vítima, ele foi obrigado, a base de mais tortura, a assinar um BO - Boletim de Ocorrência, de que uma arma "plantada" dentro do seu veículo pelos PMs era de sua propriedade.

Ainda segundo as denúncias de José Valter de Oliveira, confirmado por familiares e especialmente por sua esposa dona Renata, a vítima teria ficado naquele estado após torturado duante toda a madrugada de sábado, todo o domingo e, por intervenção de familiares, recebendo o primeiro tratamento apenas na segunda-feira num posto de saúde de Fazenda Rio Grande, quando o próprio médico que o atendeu mandou que o internasse num pronto-socorro de Curitiba. No caso, o encaminhamento foi feito para o Pronto Socorro do Cajuru. Mas, estranhamente, de lá foi retirado às pressas na madrugada de terça para quarta-feira, sob a alegação dos PMs que lugar de preso era na cadeia e não no hospital para internamento.

José Valter e sua esposa dona Renata foram colocados dentro do camburão e levados para locais ermos. Nas palavras de dona Renata: *um verdadeiro terror que passamos, a ponto de vermos a morte na nossa cara*. O Promotor de Justiça da Comarca de Fazenda Rio Grande, Dr. Paulo Conforto, num gesto inusitado, pediu para a família prova de que José Valter era pessoa de bem, para expedir o seu alvará de soltura. Além de mostrar os documentos que comprovam as atividades empresariais da vítima, com impostos, taxas e alvarás em dia, a esposa apresentou na Promotoria de Justiça um abaixo-assinado contendo mais de 180 assinaturas de vizinhos que conhecem e atestam a ilibada conduta do cidadão José Valter de Oliveira. E agora como é que fica a situação da família?

E a população da Fazenda Rio Grande quer saber: até agora a polícia não prendeu o assaltante que roubou e matou o motorista de ônibus, o Sr. Ricardo Germano Hopaloski, mas prende, rouba e tortura cidadão de bem, conforme denúncia de José Valter de Oliveira? Quem vai pagar por esses danos físicos e morais desse cidadão? Quem vai garantir a integridade física e moral da família, agora com a publicidade destas terríveis denúncias? A família inteira está com muito medo daqueles PMs e pede proteção das autoridades governamentais.



## REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, envio de requisição de informações, ao Governo do Estado do Paraná, sobre as razões da não implantação até o momento de uma Companhia da Polícia Militar do Paraná em Itaperuçu, Rio Branco do Sul e região.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) NEY LEPREVOST

## REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, solicitando informações sobre a situação dos seguintes mutuários em Maringá.

1. Lázaro Domingos Favaro  
RG 3.007.423-8 / CPF 449.612.199-91  
Rua Bolívia, 1081  
Cjto. Residencial Lea Leal - CEP 87.040-300  
Maringá - PR
2. Jacira Luiz de Melo  
RG 2.163.160 / CPF 057.465.739-81  
Rua Madre Mônica Maria, 966  
Maringá - PR
3. Alcides Valino Gasparoto  
Rua Madre Mônica Maria, 950  
Maringá - PR
4. João Correia de Araújo Neto  
RG 2.149.126-8 / CPF 330.902.119-04  
Rua Barão de Sergipe, 84  
Conjunto Residencial Lea Leal  
Maringá - PR

Os mutuários em questão têm contratos assinados até 31 de dezembro de 1987, portanto sob a égide da Lei 10.150/00, que lhes permite a quitação do financiamento com desconto de 100%.

Cabe salientar que, apesar da vigência da mencionada lei, a COHAPAR continuou a cobrar prestações posteriores a edição da lei, impondo pendências aos mutuários acima referidos.

Tendo em vista os transtornos causados a esses cidadãos, encarece-se à COHAPAR aplicação da Lei 10.150/00.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo.

Sr. Procurador-Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações relativos ao Assessor Jurídico do Ministério Público de Ponta Grossa, Carlos Fabiano Goulart:

- em que ano se deu a nomeação do referido servidor;

- qual a forma de ingresso no Ministério Público;

- se por concurso público, qual a data do concurso, qual a colocação do servidor e data da publicação da nomeação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

## *Projetos de Resolução*

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## R E S O L V E :

Art. 1º O inciso I do artigo 2º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;”

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário  
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º O parágrafo 4º do artigo 12 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 ...

§ 4º O Partido com Bancada inferior a três Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.”

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na datas de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário  
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

## ***Projetos de Lei Complementar***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **R E S O L V E :**

Art. 1º A Região Metropolitana de Guarapuava fica instituída como unidade regional do território estadual, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal, e dos artigos 21 a 26 da Constituição Estadual e na forma estabelecida por esta lei complementar.

§ 1º A Região Metropolitana de Guarapuava é composta pelos seguintes Municípios: Boa Ventura de São Roque, Cândói, Campina do Simão, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Palmital, Pinhão, Pitanga, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Santa Maria do Oeste, Turvo e Virmond.

§ 2º Integrarão a Região Metropolitana de Guarapuava os Municípios que vierem a ser criados em decorrência de desmembramento, incorporação ou fusão dos Municípios metropolitanos acima mencionados.

Art. 2º A organização territorial da Região Metropolitana de Guarapuava, nos termos dos artigos 21 a 26 da Constituição Estadual, tem por objetivo promover:

I - o planejamento regional para o desenvolvimento sócio-econômico e melhoria da qualidade de vida;

II - a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;

III - a utilização racional do território, dos recursos naturais, culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região;

IV - a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região;

V - a redução das desigualdades regionais.

Art. 3º Declarado o interesse comum no âmbito metropolitano, a execução das funções públicas dele decorrentes dar-se-á de forma compartilhada pelos Municípios e pelo Estado, observando-se critérios de parceria definidos pelo órgão deliberativo do Sistema Gestor Metropolitano.

Art. 4º Os agentes envolvidos no exercício das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano devem adotar, permanentemente, as medidas legais administrativas necessárias a:

I - o estabelecimento de procedimentos administrativos para que suas atividades se compatibilizem com as diretrizes de desenvolvimento e com os padrões de

desempenho dos serviços na Região Metropolitana de Guarapuava;

II - definição de estrutura orçamentária que permita destacar os recursos necessários à respectiva participação no financiamento dessas funções;

III - recepção e processamento, nos seus respectivos níveis governamentais, das deliberações do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava, nos termos do artigo 7º desta lei;

IV - fixação de normas de compatibilização com o interesse comum;

V - estabelecimento de outras medidas necessárias à respectiva participação na efetivação dessas funções.

Art. 5º No objetivo da administração do interesse metropolitano e do apoio aos agentes responsáveis pela execução das funções públicas de interesse comum, fica instituído o Sistema Gestor Metropolitano da Região Metropolitana de Guarapuava, compreendendo:

I - na qualidade de órgão deliberativo e consultivo, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

II - como instrumento financeiro, o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava.

Art. 6º O Sistema Gestor da Região Metropolitana de Guarapuava visa implementar a organização territorial da Região Metropolitana de Guarapuava através de uma gestão integrada, democrática e participativa, e que congregue os órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, conforme assegurado no artigo 21 da Constituição Estadual através do Conselho de Desenvolvimento e do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana.

Art. 7º Fica criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava, na qualidade de órgão deliberativo e consultivo, com as seguintes diretrizes:

I - declarar as atividades, os empreendimentos e os serviços que devem ser admitidos entre as funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano;

II - estabelecer políticas e diretrizes de desenvolvimento da Região Metropolitana e referenciais para o desempenho dos serviços no âmbito metropolitano;

III - estimular a ação integrada dos agentes públicos envolvidos na execução das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano, no intuito de assegurar eficiência à promoção do desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava;

IV - deliberar sobre a iniciativa de elaboração de planos, programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, bem como sobre as proposições neles contidas;

V - supervisionar a execução das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano;

VI - encaminhar às entidades, aos órgãos e às autoridades competentes as proposições relativas às funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano, recomendando:

a) o estabelecimento de instrumentos normativos, administrativos e técnicos necessários ao desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava;

b) as diretrizes básicas metropolitanas a serem consideradas nas leis dos Planos Plurianuais, de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais;

VII - deliberar sobre a instituição dos instrumentos de planejamento de interesse metropolitano, entre eles o Plano de Desenvolvimento, os Planos Diretores Setoriais, os Planos Sub-Regionais, o Sistema de Informações Metropolitanas e o Sistema de Financiamento Metropolitano;

VIII - deliberar sobre o Programa Anual de Investimento e a Proposta Orçamentária Anual do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava;

IX - manter sistemático e permanente processo de informação para as Câmaras Municipais e para a Assembleia Legislativa sobre as atividades da gestão metropolitana;

X - deliberar sobre a inclusão de outras funções públicas de interesse comum;

XI - elaborar o seu Regimento Interno e deliberar sobre suas ulteriores modificações, submetendo-os à homologação do Governador do Estado;

XII - promover a integração das funções públicas de interesse comum ao Estado e aos Municípios da Região Metropolitana de Guarapuava, dentre outros, nos seguintes campos funcionais:

a) o estabelecimento de políticas e diretrizes de desenvolvimento e de referenciais de desempenho dos serviços;

b) a ordenação territorial de atividades, compreendendo o planejamento físico, a estruturação urbana, o movimento de terras e o parcelamento, o uso e a ocupação do solo;

c) o desenvolvimento econômico e social, com ênfase na produção e na geração e distribuição de renda;

d) a infra-estrutura econômica relativa, entre outros, a insumos energéticos, comunicações, terminais, entrepostos, rodovias, ferrovias;

e) o sistema viário e o trânsito, os transportes e o tráfego de bens pessoais;

f) a captação, a adução, o tratamento e a distribuição de água potável;

g) a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos esgotos sanitários;

h) a macrodrenagem das águas superficiais e o controle de enchentes;

i) a destinação final e o tratamento dos resíduos urbanos;

j) a política da oferta habitacional de interesse social;

m) o controle da qualidade ambiental;

n) a educação e capacitação dos recursos humanos;

o) a saúde e a nutrição;

p) o abastecimento alimentar;

q) outros serviços declarados de interesse comum.

Art. 8º Os Municípios e o Estado deverão compatibilizar, no que couber, suas políticas, planos, programas e projetos com as normas, diretrizes e prioridades estabelecidas em lei e com as que vierem a ser fixadas no processo de planejamento metropolitano pelo Conselho de Desenvolvimento.

Art. 9º Nos Municípios situados na Região Metropolitana de Guarapuava ou nas suas imediações, detentoras de áreas de proteção de mananciais para o abastecimento d'água, reservas naturais, ou que disponham de condições propícias para a destinação final do lixo urbano ou de resíduos industriais, serão praticadas políticas compensatórias pela preservação desses atributos, nos termos de decisão do Conselho de Desenvolvimento.

§ 1º As políticas compensatórias previstas neste artigo serão aplicadas de forma variável, quanto à manutenção e intensidade dos benefícios concedidos, em função do índice de qualidade das águas, do estado de conservação das reservas naturais e dos efeitos poluidores da operação dos sistemas de tratamento final do lixo.

§ 2º Para os efeitos das disposições estabelecidas no parágrafo anterior, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava apoiar-se-á em análises e avaliações sistemáticas de qualidade ambiental realizadas pelo Estado, através de seus agentes especializados.

Art. 10. Serão considerados no processo de planejamento metropolitano os territórios fronteiriços inseridos em área de proteção de mananciais e reservas naturais, ou que sejam afetados pelo processo de metropolização.

Art. 11. O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano adotará medidas de avaliação dos níveis de inter-relação de atividades internas e externas à Região Metropolitana, com o objetivo de investigar os mútuos efeitos do processo de metropolização.

Parágrafo Único. Qualquer deliberação do Conselho de Desenvolvimento nos aspectos previstos neste artigo será precedida de reuniões específicas das quais participarão, sem direito a voto, os Prefeitos dos Municípios não compreendidos pela Região Metropolitana de Guarapuava, em cujos territórios estejam sendo evidenciados efeitos do processo de metropolização.

Art. 12. O planejamento e a gestão metropolitana serão realizados através dos seguintes instrumentos:

I - Plano Diretor;

II - Planos e Programas Setoriais;

III - Plano Diretor de Informações para o planejamento;

IV - legislação urbanística e ambiental;

V - normas, padrões e critérios relativos ao controle urbano e a manutenção da qualidade ambiental;

VI - Planos plurianuais;

VII - Diretrizes Orçamentárias;

VIII - Orçamento Anual;

IX - políticas fiscal e tributária;

X - convênios, acordos, consórcios, contratos multilaterais e outros instrumentos voltados para a cooperação intermunicipal e intergovernamental;

XI - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava.

Parágrafo Único. O Conselho de Desenvolvimento Metropolitano poderá, por indicação do seu órgão técnico de apoio, baixar resoluções criando novos instrumentos necessários ao planejamento e gestão metropolitanos.

Art. 13. Os investimentos e incentivos da administração pública estadual, direta ou indireta, a serem aplicados na Região Metropolitana de Guarapuava deverão ser previamente compatibilizados com planos e políticas de desenvolvimento metropolitano, aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano.

Art. 14. Será garantida a participação da comunidade, no que concerne ao processo de planejamento e tomada de decisões, bem como a fiscalização da realização de serviços ou funções públicas de caráter regional.

§ 1º O Conselho de Desenvolvimento realizará, sempre que deliberado entre seus Pares, audiências para exposição e debate de estudos, políticas, planos, programas e projetos relacionados às funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Guarapuava.

§ 2º O Conselho de Desenvolvimento estabelecerá em seu Regimento os demais procedimentos e normas para a participação popular, garantindo-se sempre o direito à informação de forma atualizada e antecipada, inclusive nas sub-regiões.

§ 3º Os Conselhos e os órgãos da administração direta e indireta ficam obrigados a disponibilizar as informações de interesse geral solicitadas formalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 15. O Conselho de Desenvolvimento constituirá Câmaras Temáticas para a realização de estudos e propostas voltadas à realização das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Guarapuava.

§ 1º Poderão ser constituídas Câmaras Temáticas Especiais, voltadas a um programa, projeto ou atividade específica como subfunção entre as funções públicas definidas pelo colegiado.

§ 2º O Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento disciplinará o sobre a constituição e o funcionamento das Câmaras Temáticas e das Câmaras Temáticas Especiais.

Art. 16. Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava com o objetivo de apoiar a implementação dos planos, projetos e projetos relativos ao planejamento metropolitano, constituindo-se um instrumento financeiro de caráter rotativo, destinado a financiar, total ou parcialmente, sob as formas de empréstimos ou a fundo perdido.

§ 1º O Fundo terá a finalidade de dar suporte financeiro ao Sistema de Gestão da Região Metropolitana de Guarapuava e apoiar o planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios metropolitanos.

§ 2º Os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava deverão ser aplicados de acordo com as deliberações do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano.

§ 3º O Fundo será administrado, quanto ao aspecto financeiro, por instituição financeira oficial do Estado.

Art. 18. O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava poderá, mediante convênio com instituições financeiras estaduais, federais ou internacionais, operacionalizar os empréstimos ou subempréstimos para o financiamento de obras e serviços de interesse metropolitano, com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

Parágrafo Único. A participação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento no financiamento de ações de interesse metropolitano será acompanhada, a título de contrapartida, de recursos financeiros negociados pelos agentes envolvidos nessas ações.

Art. 19. Poderão constituir receitas do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Guarapuava:

I - recursos de natureza orçamentária que lhe forem destinados pela União, Estado e Municípios situados na Região Metropolitana de Guarapuava;

II - produtos de operações de créditos realizados pela União, Estados e Municípios da Região Metropolitana, destinados ao financiamento de atividades e projetos integrantes de programa de interesse metropolitano;

III - retorno financeiro de empréstimo e subempréstimo para investimentos em obras e serviços no âmbito metropolitano;

IV - rendas auferidas com aplicação de seus recursos no mercado financeiro;

V - recursos provenientes de taxas e contribuições de melhoria, arrecadadas pelo Estado ou pelos Municípios.

pios, relativas a empreendimentos e serviços de interesse metropolitano;

VI - transferências a fundo perdido, provenientes de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VII - recursos provenientes de outras fontes.

Art. 20. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

No exercício das competências comuns (artigos 23, 180, 215, 217 e outros), a Constituição Federal pressupõe que os entes federativos brasileiros cooperem entre si de modo que, com os recursos tributários arrecadados, a União apóie programas e ações estaduais e municipais, e os Estados Federados, por sua vez, apóiem os Municípios, priorizando as intervenções destinadas à redução das desigualdades regionais e sociais com redução da pobreza e da marginalização e à integração das políticas públicas. Em outras palavras, onde e nos setores em que os problemas sociais sejam maiores, a cooperação entre os entes federativos deveria ser maior, segundo a Constituição Federal de 1988 (artigo 3°).

Essa diretriz constitucional aplica-se também quando se trate de *integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum* (artigo 25, parágrafo 3°, da CF), em Regiões Metropolitanas. É o que também preceitua a Constituição Estadual do Paraná, em seus artigos 21 a 26.

Tais funções públicas de interesse comum são todas aquelas suscetíveis de serem exercidas pelo Poder Executivo e podem, portanto, abranger funções privativas, mas de interesse comum. Assim sendo, conforme o texto constitucional (artigo 25, parágrafo 3°), *a ação principal atribuída ao Estado Federado em Região Metropolitana consiste em integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum promovida por entes federativos autônomos dotados da capacidade de obter receita própria para o adequado exercício de suas atribuições constitucionais*. E integrar significa completar, inteirar, etc.

Assim sendo, esta integração pressupõe intensa e permanente articulação entre as autoridades estaduais e municipais dos respectivos Poderes Executivo e Legislativo, sem prejuízo da articulação com as autoridades nacionais, no que couber para a construção de crescente consenso a respeito de prioridades, planos, programas, investimentos e ações de interesse comum, e também, sem prejuízo da informação e possibilidade de participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil exigida e tornada obrigatória pelo artigo 45 do Estatuto da Cidade (Lei Nacional n° 10.257, de 10 de julho de 2001).

Estas peculiaridades do federalismo brasileiro repercutem de modo direto sobre a problemática do pla-

nejamento e da gestão das políticas e dos investimentos públicos nas Regiões Metropolitanas, em especial na Região de Guarapuava, cujas deficiências, associadas ao seu potencial ativo e também ao estagnado, exigem encaminhamentos e soluções apropriadas à sua realidade específica.

A Região Metropolitana de Guarapuava é integrada por dezenove Municípios que exercem atividades de interesses comuns e coletivos entre si, compondo um território homogêneo por suas ligações sociais, econômicas, culturais, geofísicas e morfológicas, com raízes profundamente históricas.

Estão situados dentro de um raio máximo de 120 quilômetros e guardam características afins, principalmente nos setores agropastoris, silvicultura, comércio, agroindústria e serviços públicos.

O Município de Guarapuava é um dos mais antigos do Paraná, tendo completado 187 anos de fundação, agora, em 9 de dezembro de 2006. A conquista dos campos de Guarapuava no século XVIII, pela Coroa Portuguesa, permitiu o estabelecimento de novas fronteiras econômicas, transformando o Município num pólo que deu origem a inúmeros povoados, hoje unidades municipais autônomas.

Até meados do século XIX, Guarapuava administrava praticamente a metade do território paranaense. E mesmo agora, após recentes desmembramentos, o Município continua a deter uma das maiores áreas territoriais do Estado, com 3.125.852 quilômetros quadrados.

A independência administrativa das unidades que compõem a Região de Guarapuava promoveu o crescimento dos municípios com a criação de políticas locais de desenvolvimento, mas não retirou do Município-Pólo a gestão das principais atividades sócio-econômicas. Simultaneamente ao crescimento econômico, observa-se o aumento demográfico e a crescente necessidade de políticas públicas e privadas que, preferencialmente, possam ser usufruídas em conjunto pelas comunidades inseridas na região homogênea.

Os Municípios em questão já estão integrados em uma microrregião, que vem cumprindo o seu papel, especialmente nos serviços prestados pelos órgãos públicos. Em razão disso, e considerando-se que quase a totalidade desses serviços públicos está centralizada no Município de Guarapuava, é constante o fluxo de pessoas de uma Cidade para outra. Mas o *status* de microrregião não é o suficiente para criar e implementar um modelo administrativo desenvolvimentista, a partir de uma identidade regional própria, o que seria contemplado com a implantação de um Sistema Gestor Metropolitano permanente, dedicado exclusivamente aos estudos de caso dos entes municipais envolvidos.

A criação de Regiões Metropolitanas é uma tendência que já vem sendo assimilada pela população paranaense. Não se trata de uma divisão do Estado em blocos territoriais, e sim de um programa de inclusão o qual possibilita que pequenos Municípios venham a se beneficiar

do desenvolvimento de comunidades próximas e, principalmente, a elaboração de projetos e políticas públicas combinadas, com conseqüente captação e distribuição de recursos financeiros entre seus pares. Uma de suas principais finalidades, ainda, é a busca pela justa e equânime distribuição de recursos, evitando que regiões menos desenvolvidas continuem sendo alijadas do bolo tributário estadual.

As Regiões Metropolitanas reforçam os vínculos da unidade histórica entre os Municípios membros, sem lhes retirar a autonomia administrativa, conferindo projetos comuns nas mais variadas áreas. Essa tese ganhou força com a Lei n° 11.707, de 06 de abril de 2005, que disciplina a formação e a contratação de consórcios públicos entre os entes federativos para a realização de objetivos de interesse comum, os quais também são extremamente úteis para o enfrentamento dos mais diversos problemas metropolitanos.

Paralelamente, o Estatuto da Cidade (Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001), lei nacional de ordem pública, estabeleceu expressamente o planejamento metropolitano como um dos instrumentos destinados ao cumprimento das diretrizes gerais obrigatórias fixadas no seu artigo 2° e à promoção da ordem urbanística. Em conseqüência, este processo de planejamento, desde sua elaboração até sua implementação, avaliação e controle, há que ser democraticamente construído mediante a participação popular, dos Vereadores dos Municípios Metropolitanos e de associações representativas, assim como segmentos organizados da sociedade civil.

Por conseguinte, a criação do Ministério das Cidades vem viabilizando projetos e investimentos no meio urbano, favorecendo o crescimento das cidades com a aplicação de políticas públicas nos mais diversos segmentos sociais.

A Região Metropolitana de Guarapuava, na soma de seus dezenove Municípios, totaliza uma área de 19.336.471 quilômetros quadrados e população estimada em aproximadamente 500.000 habitantes (no Censo de 2000, o levantamento oficial apontava 434.572 habitantes).

É uma das regiões agropecuárias mais pujantes do Estado do Paraná, responsável por altos índices de produção e produtividade agrícola, silvicultura, comércio estável e indústrias de ponta. Suas populações, por tradição, sempre estiveram ligadas ao trabalho, no campo e na cidade.

De outro lado, a economia regional ainda tem um vasto potencial a ser melhor aproveitado, de modo particular no setor de turismo, através de ações integradas entre os Municípios, e no setor de agronegócios, por intermédio da tão almejada industrialização da produção primária, que é disponível em larga e variada escala. São segmentos que constituem poderosa fonte de emprego e renda, desde que sejam estimulados por políticas públicas e privadas de desenvolvimento, com indispensável aporte de recursos financeiros.

A Região Metropolitana de Guarapuava é a possibilidade ímpar de se criar um modelo de gestão metropolitana eficiente, diferente do sistema tradicional, onde os problemas de conurbação e outras distorções derivadas da falta de planejamento global já estão disseminados, mesmo em cidades de médio porte. Observa-se, em grande parte dos casos, que as Regiões Metropolitanas são instituídas no momento em que os problemas já são dominantes e crescentes.

Os mecanismos de gestão pública, assegurados pela legislação que rege as Regiões Metropolitanas, são vitais para que a região de Guarapuava, em específico, não venha a sofrer o recrudescimento de problemas originados pelo êxodo populacional, inchaço das cidades maiores, concentração de renda, criminalidade e outras anomalias sociais.

Concorre favoravelmente o fato de a Região de Guarapuava estar circundada e permeada por grandes extensões de terras agropastoris e florestas de cultivo ou de reservas, até por ser elemento positivo para impedir a conurbação, fazendo do seu entorno um centro produtivo sempre em expansão e das populações urbanas, núcleos devidamente assistido em suas necessidade básicas.

Tal perspectiva, na Região de Guarapuava, conforme preconiza a legislação que trata das Regiões Metropolitanas, ganha dimensão na medida em que ocorre integração funcional de natureza sócio-econômica e de serviços entre as unidades que a integram através do intercâmbio no setor de agronegócios, fundiário, turismo, prestação de serviço, comércio, indústria, serviços públicos. Além disso, a região é um entroncamento rododferroviário estratégico e é cortada por mananciais hídricos comuns que abrigam diversas usinas hidrelétricas de diferentes portes.

A organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse único são fatores indispensáveis para o desenvolvimento e a qualidade de vida, e a aplicação desses mecanismos são premissas inerentes ao Sistema Gestor das Regiões Metropolitanas.

Por tais razões, a Região de Guarapuava não pode prescindir da criação da Região Metropolitana de Guarapuava e seu Sistema Gestor, que oferecem meios e condições para propiciar intensa articulação entre as autoridades públicas executivas e legislativas, especialmente das estaduais e municipais, as entidades representativas dos segmentos organizados da sociedade civil e a própria sociedade civil como um todo.

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 036/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° Fica instituída, nos termos do artigo 25, parágrafo 3° da Constituição Federal e artigo 21 da Cons-

tituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos Municípios de Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Tibagi, Palmeira, Teixeira Soares, Imbituva, Ipiranga, Pirai do Sul, Reserva, Ivaí, Guamiranga, Imbaú e Telêmaco Borba.

Art. 2º A Região Metropolitana de Ponta Grossa terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo compor-se-á de 05 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo Prefeito de Ponta Grossa e outro mediante indicação dos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de 01 (um) representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbe ao Estado promover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesses da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos Municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(aa) JOCELITO CANTO, MARCELO RANGEL, PÉRICLES DE MELLO e PLAUTO MIRÓ.

## JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 criou condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar, mantendo suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso País. Assim, em seu artigo 25, parágrafo 3º a Constituição Federal delega aos Estados, através de Lei Complementar, a criação de Regiões Metropolitanas e a Constituição do Estado, por seu turno, no Capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização dessas regiões.

Com a consciência de que o planejamento moderno deverá ser sistemático e orgânico para que possa trazer algum benefício para a sociedade, salienta-se a importância de que esse planejamento seja regionalizado para fazer frente às necessidades que são similares devido aos fatores histórico-culturais e de espaço geográfico. Como se pode perceber na formação de outras Regiões Metropolitanas, o desenvolvimento de um programa conjunto fortalece cada um dos Municípios participantes, trazendo o impulso necessário para atender suas populações de maneira mais eficiente.

Os Municípios indicados para participar da Região Metropolitana de Ponta Grossa têm vida econômica e social interligada por fatores dos mais diversos, tais como a presença da Universidade, as indústrias, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim, todo um universo convergente que habita a constituição de uma Região Metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os Municípios integrados.

Assim, além da necessidade patente, a criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa comunga com o anseio da comunidade que exige, cada vez mais o atendimento de suas necessidades e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 007/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Os proprietários de veículos automotores registrados no Estado do Paraná ficam autorizados a descontar, do recolhimento anual do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o valor do pedágio pago nas rodovias estaduais.

Art. 2º O desconto referido no artigo anterior será limitado a 50% (cinquenta por cento) da parcela do IPVA destinada ao Estado.

Art. 3º Para que possam ser descontados do IPVA, os tickets deverão conter número de placa do veículo e terão sua validade por um, no mínimo, e dois anos, no máximo, nos termos da regulamentação da presente lei.

Art. 4º A presente lei será regulamentada através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### JUSTIFICATIVA:

Os proprietários de veículos automotores do Estado do Paraná recolhem o IPVA em valores cada vez mais altos, ora pela elevação das alíquotas incidentes sobre o valor do veículo, como agora ocorre, ora com a supervalorização do preço estimado para os carros, como já ocorreu no passado.

Além do que, diversas rodovias do Estado tem sua administração e conservação executadas através de empresas privadas, implicando no pagamento de pedágio e certamente é bitributação.

O IPVA é dividido entre Estado (50%) e Municípios (50%), embora seus valores sejam elevados e garantam aos cofres estaduais e municipais verbas vultuosas, a verdade é que as rodovias estão, em geral, entregues ao abandono. Buracos, depressões, falta de acostamento, ausência de sinalização, têm sido algumas das mazelas nelas encontradas. E para onde vai o dinheiro do IPVA?

Ao possibilitar o desconto de até 50% da parcela devida ao Estado, estar-se-ia comprometendo apenas 25% do valor total do IPVA devido.

Se o Governo entende que não pode administrar as rodovias e as entrega à iniciativa privada, obrigando o contribuinte a pagar pedágio para um serviço que seria garantido pelo IPVA, então é o caso de permitir-se o desconto do citado pedágio do valor do IPVA a ser recolhido.

O presente projeto de lei visa a essa justiça fiscal e preserva os recursos dos Municípios, sobre os quais não pode a Assembléia Legislativa legislar.

PROJETO DE LEI Nº 008/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Todos os Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Paraná, no exercício de suas funções, terão garantidos:

- I - o direito à qualificação gradual e permanente;
- II - o direito à contratação através de regime que assegure direitos e garantias trabalhistas;
- III - o direito a receber o risco de vida conforme legislação trabalhista.

Art. 2º Os Municípios do Estado do Paraná deverão encaminhar para a Secretaria de Estado da Saúde cópia dos documentos que comprovam o pagamento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal aos agentes comunitários de saúde, tais como: registro na carteira de trabalho e previdência social, holerites de paga-

mento de férias e décimo terceiro salários, guias de recolhimento da previdência social, fundo de garantia por tempo de serviço, insalubridade e/ou risco de vida.

Art. 3º O Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### JUSTIFICATIVA:

Os agentes de saúde vêm desenvolvendo papel fundamental no trabalho preventivo e acompanhamento dos usuários do sistema de saúde em nosso Estado.

Entendemos ser de fundamental importância a garantia dos direitos trabalhistas aos agentes, que percorrem as comunidades, principalmente as mais carentes, identificando situações que necessitam de atenção da saúde em nosso Estado.

Com a aprovação deste projeto, estaremos incentivando ainda mais esta importante profissão que vem tomando destaque em todo o País.

PROJETO DE LEI Nº 010/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído de forma compulsória a rapadura e/ou açúcar mascavo no programa de alimentação escolar do Estado do Paraná no percentual mínimo de 50% de todo o açúcar utilizado (refinado, cristal, etc.)

Art. 2º O fornecimento do açúcar mascavo e/ou a rapadura deverá ser implementado de forma gradual para adequação das indústrias e adaptação do paladar dos alunos.

Art. 3º O fornecimento dar-se-á nos seguintes percentuais:

- 1º ano: 10% (dez por cento);
- 2º ano: 20% (vinte por cento);
- 3º ano: 30% (trinta por cento);
- 4º ano: 40% (quarenta por cento);
- 5º ano: 50% (cinquenta por cento).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) PEDRO IVO

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é um grande produtor de açúcar mascavo e rapadura. Esta atividade de produção beneficia desde a pequena propriedade até as indústrias maiores.



Cumpra assinalar que o percentual de minerais presentes no açúcar mascavo e rapadura são muito superiores a outros tipos de açúcares, principalmente ferro, potássio, zinco e outros.

O uso do açúcar mascavo e da rapadura tornará os alimentos fornecidos aos alunos mais saudáveis e nutritivos devido ao processo de fabricação ser natural, sem uso de produtos químicos. Proporcionará uma economia considerável na saúde pública, pois os alunos não dependerão de nutrientes sintéticos em forma de remédios, além de cumprir o papel pedagógico de redução alimentar.

PROJETO DE LEI Nº 011/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica incluída de forma compulsória a carne suína no programa de alimentação escolar do Estado do Paraná.

Art. 2º A carne suína de que trata o artigo 1º deverá ser fornecida no percentual mínimo anual de 30% como fonte de proteína animal nas refeições atendidas pelo Programa de Alimentação Escolar (merenda escolar).

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) PEDRO IVO

**JUSTIFICATIVA:**

O Estado do Paraná é um grande produtor de suínos, cuja qualidade atende padrões internacionais, principalmente em questões de percentual de gordura na carne. Há que se considerar a questão cultural, o grande percentual de descendentes de imigrantes na composição de nossa população escolar e, também é, geralmente, a fonte de proteína animal com melhor preço.

A inclusão da carne suína no cardápio da alimentação escolar do Estado beneficiará a todos os suinocultores, em especial a agricultura familiar.

PROJETO DE LEI Nº 012/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação Universitária Reboucense”, com sede e foro no Município de Rebouças.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) PEDRO IVO

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto da Associação Universitária Reboucense, fundada em 16 de abril de 2005, no Município de Rebouças, Paraná, inscrita no CNPJ nº 07.438.101/0001-98, tem por finalidade promover atividades sociais, culturais e esportivas, firmar convênios com associações, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais e municipais.

A aprovação do referido projeto facilitará esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 013/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto São Francisco de Responsabilidade Sócio-Ambiental e Desenvolvimento Humano, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto São Francisco tem como objetivo promover a mobilização de pessoas e recursos financeiros em benefício da comunidade, propiciando o efetivo exercício da cidadania, educação, cultura, assistência social, meio ambiente e esporte.

A instituição se propõe a desenvolver projetos assistenciais, culturais e educacionais para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde a organização está presente, bem como para o desenvolvimento social da comunidade formada pelos colaboradores do grupo de empresas São Francisco e seus dependentes.

A participação da sociedade, organização em atividades de preservação do meio ambiente e desenvolvimento do ser humano é indispensável, razão pela qual esta Assembléia Legislativa, através da legislação pertinente, confere o título de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 014/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação UNLIVI - Unidos Libertaremos Vidas, com sede e foro no Município de Paigandu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

# JUSTIFICATIVA:

A UNLIVI foi fundada em 10 de janeiro de 2006 e tem como objetivo a recuperação de vidas que buscam ajuda: são alcoólatras e dependentes químicos.

O trabalho realizado por essa instituição é reconhecido na comunidade, tendo em vista a atuação junto às camadas mais necessitadas da população, levando orientação e proporcionando estruturas para que os dependentes possam alcançar recuperação e inserção social.

A participação da sociedade na organização em atividades dessa natureza, desenvolvendo o ser humano é indispensável, razão pela qual esta Assembléia Legislativa, através da legislação pertinente, confere o título de Utilidade Pública Estadual.

## PROJETO DE LEI Nº 015/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, o programa de conservação e uso racional da água nas edificações públicas estaduais do Paraná.

Art. 2º O programa a que se refere o artigo 1º tem como objetivo instituir medidas que induzam à conservação, uso racional e utilização de fontes alternativas para captação e reaproveitamento de água nas novas edificações públicas estaduais, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Art. 3º Para os efeitos desta lei e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

I - conservação e uso racional da água - conjunto de ações que propiciam a economia de água e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações;

II - desperdício quantitativo de água - volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo;

III - utilização de fontes alternativas - conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o sistema público de abastecimento;

IV - Águas Servidas - águas utilizadas no tanque ou máquina de lavar e no chuveiro.

Art. 4º As disposições desta lei serão observadas na elaboração e aprovação dos projetos de construção de novas edificações destinadas ao uso pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual do Paraná dos Três Poderes e do Ministério Público Estadual.

Art. 5º Os sistemas hidráulico-sanitários das novas edificações públicas do Paraná serão projetados visando o conforto e segurança dos usuários, bem como a sustentabilidade dos recursos hídricos.

Art. 6º Nas ações de conservação, uso racional e de conservação da água nas edificações, serão utilizados aparelhos e dispositivos economizadores de água, tais como:

- a) bacias sanitárias de volume reduzido de descarga;
- b) chuveiros e lavatórios de volumes fixos de descarga;
- c) torneiras dotadas de arejadores.

Art. 7º As ações de utilização de fontes alternativas compreendem:

I - a captação, armazenamento e utilização de água proveniente das chuvas e,

II - a captação e armazenamento e utilização de águas servidas.

Art. 8º A água das chuvas será captada na cobertura das edificações e encaminhada a uma cisterna ou tanque, para ser utilizada em atividades que não requeiram o uso de água tratada, proveniente da Rede Pública de Abastecimento, tais como:

- a) rega de jardins e hortas;
- b) lavagem de roupa;
- c) lavagem de veículos;
- d) lavagem de vidros, calçadas e pisos.

Art. 9º As águas servidas serão direcionadas, através de encanamento próprio, a reservatório destinado a abastecer as descargas dos vasos sanitários e, apenas após tal utilização, será descarregada na rede pública de esgotos.

Art. 10. O combate ao desperdício quantitativo de água, compreende ações voltadas à conscientização da população através de campanhas educativas, abordagem do tema nas aulas ministradas nas escolas integrantes da Rede Pública Estadual de Ensino e palestras dirigidas aos servidores públicos que trabalham ou trabalharão em novas edificações, entre outras, versando sobre o uso abusivo da água, métodos de conservação e uso racional da mesma.

Art. 11. O Estado do Paraná, no caso de locação de imóveis para instalação de seus órgãos ou entidades priorizará aquelas edificações que estejam de acordo com as normas definidas nesta lei.

Art. 12. Os edifícios já concluídos quando da publicação desta lei, demonstrada a viabilidade técnica, terão o prazo de cinco anos para realizar as adequações ao disposto nesta lei.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, estabelecendo os requisitos necessários à elaboração e aprovação dos projetos de construção, instalação e dimensionamento dos aparelhos e dispositivos destina-

dos à conservação e uso racional da água a que a mesma se refere, no prazo de sessenta dias.

Art.14. Esta lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A preservação do meio ambiente tem sido uma luta constante de diferentes setores da sociedade.

Recursos naturais que já foram considerados inesgotáveis, hoje não mais recebem este tratamento. A água é um deles.

A sociedade, nas últimas décadas, vem mudando sua concepção quanto à forma de tratamento a ser dado ao Planeta Terra, com suas riquezas e deficiências.

Muitas medidas têm sido adotadas na busca da preservação do meio ambiente e a conservação da água tem sido objeto destes novos projetos.

Leis com dispositivos semelhantes aos desta têm sido aprovadas nos Municípios e incorporadas aos seus códigos de obras e postura, tornando-se, inclusive, requisito para concessão de alvará para novas construções.

Considerando os limites do Poder Legislativo Estadual no tocante a esta matéria, pois cabe aos Municípios legislar sobre seu plano diretor, lei de zoneamento e código de obras e posturas, esta proposição limita-se aos edifícios públicos estaduais.

Ao considerar que muitos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual funcionam em prédios locados, inserimos artigo determinando que o poder público priorize edifícios já adequados quando da realização de busca dos imóveis para a Administração Pública do Paraná. Este dispositivo funciona como um indutor para os construtores privados que adequarão seus imóveis, pois terão mais chances de vendê-los ou locá-los ao Poder Público Estadual.

Ocorre ainda que muitos prédios já construídos têm as condições técnicas que viabilizam a sua adequação. Para estes casos estipulamos o razoável prazo de cinco anos para se efetivarem as adequações.

Por fim, esta lei poderá servir como parâmetro para aqueles Municípios que ainda não possuem lei desta natureza e se espelham na Assembleia Legislativa do Paraná em sua elaboração legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 016/07

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os requerimentos e demais pedidos protocolados por servidores públicos ou demais cidadãos junto aos órgãos da Administração Direta e entidade da Administração Indireta do Estado do Paraná deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias a contar do primeiro dia após o protocolo.

Parágrafo Único. O prazo a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser, excepcionalmente, prorrogado uma única vez por mais trinta desde que expressamente autorizado pelo ocupante do cargo de maior hierarquia dentro do órgão da Administração Direta ou da entidade da Administração Indireta.

Art. 2º Ao servidor público responsável que deixar de responder aos pedidos no prazo estipulado aplicam-se as penas disciplinares previstas no estatuto do servidor público, independente da responsabilização cível e criminal.

Art. 3º Esta lei será regulamentada no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A morosidade no atendimento aos pedidos formulados por cidadãos em face do Estado fere o princípio constitucional da eficiência previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

A celeridade das decisões nos pedidos administrativos dá ao cidadão maior confiança na prestação estatal.

Há processos administrativos que tramitam durante anos e ao final a resposta não é satisfatória gerando grave dano aos administrados.

O prazo de trinta dias, com a excepcional possibilidade de prorrogação até sessenta dias, é prazo razoável para que o Estado responda aos pedidos.

O previsto no artigo 2º assegura a efetividade da proposição que está sendo apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 017/07

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Popular no Estado do Paraná - PEFEPS, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei.

Art. 2º A Economia Popular Solidária, constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviços, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento

local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Art. 3º A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos:

- I - gerar trabalho e renda;
- II - apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- III - apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;
- IV - promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- V - reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos;
- VI - consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento;
- VII - proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos;
- VIII - estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- IX - criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária;
- X - educar, formar e capacitar tecnicamente as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- XI - integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades auto-sustentáveis;
- XII - articular Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação;
- XIII - constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária que cumpram os requisitos desta lei.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos da PEFEPS, o poder público propiciará ao empreendimentos de Economia Popular Solidária, na forma do regulamento:

- I - acesso a espaços físicos em bens públicos estaduais;
- II - equipamentos e maquinário de propriedade do Estado para produção industrial e artesanal;
- III - assessoria técnica necessária à organização, produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de projetos de trabalho;
- IV - serviços temporários, em áreas específicas, tais como contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, gestão empresarial, planejamento estratégico, gestão ambiental, recursos humanos, técnicas de produção, contratos com financiadores, contatos com instituições de pesquisa científica e mercadológica;

V - cursos de capacitação, formação e treinamento de integrantes dos empreendimentos de Economia Popular Solidária nas áreas referidas no inciso anterior;

VI - incubação em incubadoras de empreendimentos;

VII - convênios com órgãos públicos, nas três esferas de governo;

VIII - entidades e programas internacionais;

IX - acesso a centros de pesquisa e a empresa brasileiras para consolidação de vínculo de transferência de tecnologia;

X - suporte técnico e financeiro para recuperação e reativação de empreendimentos por trabalhadores, em regime de autogestão;

XI - suporte jurídico e institucional para constituição e registro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;

XII - apoio na realização de eventos de Economia Popular Solidária;

XIII - apoio financeiro e fomento à constituição de patrimônio, na forma da lei;

XIV - linhas de crédito especiais nos agentes financeiros públicos federais, estaduais, municipais, internacionais e privados, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, bem como a adaptação das linhas de crédito existentes, com base estrutural em microfinanças solidárias;

XV - apoio para comercialização;

XVI - participação em licitações públicas estaduais.

§ 1º A utilização de espaços, equipamentos e maquinários públicos sujeita os empreendimentos de Economia Popular Solidária às regras de uso previstas nos termos da permissão de uso, que conterà as obrigações dos permissionários.

§ 2º É vedada a cobrança de taxas para participação nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo.

§ 3º Será exigida a frequência mínima estabelecida nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo, para manutenção dos benefícios e permanência do grupo na PEFEPS.

§ 4º O apoio para comercialização, a que se refere o inciso XV deste artigo, consiste na busca de alternativas para comercializar e divulgar a produção dos empreendimentos, mediante o apoio à instalação de centros de comércio e de feiras, o incentivo à introdução de novos produtos e serviços no mercado interno e externo e o auxílio à articulação de redes de agentes que promovam o consumo solidário e o comércio justo.

§ 5º Os cursos, o apoio técnico, jurídico e financeiro, os serviços temporários e a incubação em empreendimentos deverão observar os princípios e conceitos que regem a Economia Popular Solidária de que trata esta lei.

§ 6º O poder público poderá firmar convênio, contrato ou outra forma de ajuste administrativo admitida em lei com os Municípios, a União, governos estrangeiros e

entidades privadas para a consecução dos objetivos desta lei, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º São características dos empreendimentos de Economia Popular Solidária:

- I - a produção e a comercialização coletivas;
- II - as condições de trabalho salutar e seguras;
- III - a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida;
- VI - a equidade de gênero;
- V - a não utilização de mão-de-obra infantil;
- VI - a transparência na gestão dos recursos e a justa distribuição dos resultados;

VII - a prática de preços justos, sem maximização de lucros nem busca de acumulação de capital;

VIII - a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento;

IX - a participação dos integrantes nas deliberações, na forma do parágrafo único do artigo 6º desta lei.

§ 1º Consideram-se empreendimentos de Economia Popular Solidária os empreendimentos de auto-gestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais.

§ 2º Os empreendimentos de Economia Popular Solidária trabalharão prioritariamente em rede, abrangendo a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos.

§ 3º Para os fins desta lei, uma rede de produção integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços, para a prática de consumo solidário, com o reinvestimento de parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços na própria rede, diminuindo o volume e o número de itens a serem adquiridos o mercado formal.

Art. 6º Consideram-se empreendimentos de auto-gestão, para os efeitos desta lei, os grupos organizados preferencialmente sob a forma de sociedade cooperativa, podendo ser adotadas as formas de sociedade por conta de responsabilidade limitada, de associação civil e de sociedade anônima, atendidos os seguintes requisitos:

I - organização autogestionária, caracterizada pela propriedade em comum dos bens de produção e pela observância dos critérios definidos no artigo 4º;

II - gestão da entidade exercida pelos integrantes de forma coletiva e democrática;

III - adoção de modelo de distribuição dos resultados econômicos proporcional ao trabalho coletivamente realizado.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei, a gestão democrática da empresa pressupõe:

I - a participação direta e indireta dos associados em todas as instâncias decisórias, por meio de voto em

assembleias ou institutos similares específicos e legais, em eleições e na representação em conselhos;

II - a garantia de voto do associado, independentemente da parcela de capital que possua;

III - a rotatividade de, no mínimo, um terço dos integrantes dos órgãos decisórios - diretoria e conselhos a cada mandato;

IV - a contratação eventual de trabalhadores não associados limitada a, no máximo, 10% (dez por cento) do total de trabalhadores associados;

V - a adoção do trabalho como base para o sistema de remuneração e de distribuição dos resultados.

Art. 7º O empreendimento de Economia Popular Solidária interessado em usufruir dos benefícios instituídos por lei, no ato de sua inscrição no órgão responsável pela PEFEPS, deverá:

I - registrar-se, informando a forma associativa adotada, o número de seus integrantes, a forma adotada para as deliberações do grupo, o endereço da sede ou do local onde se reúnem;

II - apresentar, se já em funcionamento, relatório que contenha a descrição do processo de produção adotado, a natureza e a capacidade de distribuição e comercialização de produto e outras informações consideradas necessárias;

III - apresentar, se em processo de constituição, projeto de trabalho que contenha o detalhamento da atividade a ser desenvolvida e dos recursos de que disponha;

IV - apresentar declaração de que seus integrantes têm mais de 18 (dezoito) anos e não estão empregados no mercado formal de trabalho, comprovada mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, exceto no caso de aprendizes;

VI - apresentar declaração de que seus integrantes são domiciliados no Estado do Paraná.

§ 1º Poderá habilitar-se a participar da PEFEPS grupo ainda não constituído legalmente que se comprometa a apresentar seu registro legal no prazo de dois anos contados de sua inscrição, desde que atenda ao disposto nos artigos 4º e 6º e apresente projeto possível de se adequar aos requisitos da PEFEPS.

§ 2º Mediante a apresentação de requerimento fundamentado, poderá ser prorrogado o prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º O tempo de permanência do grupo na PEFEPS será de dois anos, prorrogável pelo mesmo período.

§ 4º Verificada qualquer informação falsa, o grupo infrator sujeitar-se-á às penas cabíveis e à imediata suspensão de sua participação na PEFEPS, se nela já houver ingressado, ressalvados os direitos da ampla defesa e do contraditório.

Art. 8º Os empreendimentos de Economia Popular Solidária serão registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial.

Parágrafo Único. Os empreendimentos cujas atividades impliquem geração de ICMS serão inscritos no órgão fazendário estadual, no qual receberão classificação específica.

Art. 9º São considerados agentes executores da PEFEPS:

I - o Governo do Estado, por meio de seus órgãos e entidades;

II - os Municípios, por meio de seus órgãos e entidades;

III - as universidades e instituições de pesquisa;

IV - o Governo Federal, por meio de seus órgãos;

V - as organizações não governamentais;

VI - os agentes financeiros que disponibilizem linhas de crédito para os empreendimentos;

VII - as entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que atuem segundo os objetivos desta lei;

VIII - as entidades internacionais que trabalhem com o conceito de empresa de autogestão democrática e de economia solidária.

Parágrafo Único - Os agentes executores da PEFEPS integrarão ações e adotarão estratégias, metodologias e instrumentos comuns de apoio aos empreendimentos.

Art. 10. Fica criado o Conselho Estadual da Economia Popular Solidária-CEEPS, composto paritariamente por representantes do poder público estadual e das entidades civis afetas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária, vinculando à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

§ 1º O CEEPS será composto por doze membros, nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período, sendo os representantes das entidades civis eleitos em assembleia convocada para esse fim, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

§ 2º O CEEPS será presidido por um de seus membros, eleito para mandato de um ano, permitida a recondução por igual período.

Art. 11. Compete ao CEEPS:

I - aprovar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária;

II - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária e para o acesso aos benefícios previstos nesta lei;

III - definir os critérios para a concessão do Selo de Economia Solidária;

IV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo a que se refere o inciso II;

V - acompanhar e avaliar os programas de Fomento aos empreendimentos de Economia Popular Solidária desenvolvidos pelos órgãos e entidades públicos do Estado;

VI - definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Popular Solidária aos serviços públicos estaduais;

VII - buscar garantias institucionais para que os empreendimentos de Economia Popular Solidária possam participar das licitações públicas;

VIII - propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Popular Solidária;

IX - desenvolver mecanismos e formas de facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Popular Solidária a recursos públicos;

X - propor alterações na legislação estadual relativa à Economia Popular Solidária;

XI - constituir, regulamentar e fiscalizar as atividades do Comitê Certificador a que se refere o artigo 13;

XII - elaborar seu regimento interno.

Art. 12. O Conselho Estadual da Economia Popular Solidária terá uma Secretaria Executiva, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

Art. 13. Fica instituído o Selo de Economia Solidária, para identificação, pelos consumidores, do caráter solidário e ecológico dos insumos, da produção, da industrialização, do transporte e da comercialização dos produtos.

Art. 14. O CEEPS constituirá um Comitê Certificador, constituído, paritariamente, por representantes dos produtores e das entidades de defesa dos direitos do consumidor e de assessoria a empreendimentos de Economia Popular Solidária.

Art. 15. Compete ao Comitê Certificador:

I - emitir e conceder o Selo de Economia Solidária;

II - credenciar entidades locais de inspeção para acompanhamento dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;

III - elaborar um manual de procedimentos para certificação, a ser adotado pelas entidades locais de inspeção, para orientação aos empreendimentos de Economia Popular Solidária e verificação do cumprimento desta lei para a obtenção do Selo de Economia Solidária;

IV - cancelar a certificação, em caso de descumprimento dos requisitos desta lei;

V - gerenciar banco de dados cadastrais de empreendimentos certificados;

VI - constituir uma equipe técnica para avaliação dos pedidos de credenciamento, mediante análise de documentos e inspeção local, se necessário.

Art. 16. A participação efetiva no CEEPS e no Comitê Certificador não é remunerada, sendo considerada função pública relevante.

Art. 17. O CEEPS elaborará seu regimento e o regulamento do Comitê Certificador no prazo de noventa dias após sua posse.

Art. 18. O Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária será criado por lei específica, no prazo de cento e vinte dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados de sua promulgação.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

A economia solidária é importante instrumento de inclusão social, na medida que rompe os limites da economia tradicional ancorada meramente no lucro e nas premissas do capitalismo de mercado.

A economia solidária é também importante instrumento de cidadania e permite a geração de emprego e renda de tal forma que os cidadãos gerem sua própria renda, desobrigando o Estado da sistemática prestação de assistência.

O desenvolvimento da economia solidária pode constituir-se em mais uma porta de saída dos programas assistenciais ou medidas compensatórias dos Governos Federal e Estadual.

Do ponto de vista econômico contribuiu fortemente no desenvolvimento da economia regional, gerando renda e emprego onde as pessoas residem e consomem os produtos e serviços.

Para complementar os argumentos supra sobre a economia solidária, transcrevemos aqui dois textos sobre o tema. O primeiro deles é um balanço feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal, após dois anos de sua implementação.

O segundo texto é um artigo de Paul Singer e discute a matéria com a propriedade peculiar do conhecido intelectual brasileiro.

#### Texto I

Balanço do segundo ano de Governo

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Um balanço Político com a síntese do desempenho da Secretaria (avaliação do Secretário).

Durante 2004, a economia solidária apresentou significativo avanço no Brasil, enquanto movimento social e enquanto setor de economia. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária lançou raízes em todo território,

mediante a criação de Fóruns Estaduais nas 27 unidades da federação. Isso permitiu a realização mais freqüente de encontros estaduais e a criação de Fóruns regionais e municipais. A economia solidária se fortaleceu pela adesão de numerosos empreendimentos, que passaram a reconhecer a sua própria prática como sendo de economia solidária. Aumentaram muito a realização de feiras estaduais, regionais e locais e o entrosamento entre cooperativas e associações produtivas, cooperativas de crédito, clubes de troca e entidades de micro-crédito.

Com a revitalização do Programa Nacional de Incubagem - PRONINC - em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida - COEPE, a SENAES vêm coordenando esse programa, que estabeleceu convênios, por meio da FINEP, com 34 Universidades brasileiras com ações voltadas para a incubagem de empreendimentos populares no campo e na cidade.

Novas redes nacionais de cooperativas solidárias surgiram como a UNISOL (que antes se limitava ao Estado de São Paulo), a ECOSOL, que se uniu à CRE-SOL, SICRED, BANCRED e a CRENOR para formar uma grande federação de cooperativas de crédito, germen dum sistema de finanças solidárias, ao qual poderão se somar as entidades de micro-crédito, que também se uniram na ABCRED - Associação Brasileira de Gestores de Micro-crédito.

A ação da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, contribuiu bastante para este avanço. A Secretaria construiu sua presença nos Estados através de crescente colaboração das DRTs - Delegacias Regionais do Trabalho, que tornaram a economia solidária uma de suas metas prioritárias. Mediante visitas a todos os Estados, dirigentes da SENAES participaram da fundação de alguns Fóruns estaduais e lograram que representantes das DRTs passassem a participar dos mesmos, criando deste modo um vínculo sistêmico entre as atividades da secretaria e a economia solidária em expansão nos Estados e Municípios.

A atividade da SENAES induziu vários governos estaduais e municipais a também desenvolver políticas de apoio e fomento da economia solidária. Estes governos regionais e locais se somaram a outros que já vinham fazendo tais políticas há mais tempo na previamente criada Rede de Gestores de Economia Solidária. A troca freqüente de experiências entre gestores municipais e estaduais vem enriquecendo as políticas de todos eles, sendo um dos resultados desta evolução a aprovação, este ano, pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais da primeira lei de apoio e fomento à economia solidária.

Outras ações da SENAES, que contribuíram à disseminação e ao fortalecimento da economia solidária pelo País afora, foram a realização de numerosos cursos de formação em economia solidária para agentes de desenvolvimento do Programa Fome Zero (Talheres), de assentamentos de reforma agrária e para funcionários da

DRTs, de vários ministérios e bancos públicos federais, que também desenvolvem ou estão interessados em desenvolver políticas de economia solidária. No mesmo sentido, deve ser mencionado o mapeamento da economia solidária enquanto realidade econômica e movimento social.

Igualmente, está em fase de finalização, o projeto para formação de 46 agentes de Etnodesenvolvimento, que apoiarão a organização de empreendimentos de economia solidária em comunidades remanescentes de quilombos. Este projeto já conta com a participação da SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial que está selecionando os agentes que receberão o curso e terá o apoio da Fundação Palmares para realização das atividades de formação.

Como parte deste mapeamento, a SENAES organizou uma campanha nacional de divulgação da economia solidária, que vem provocando a adesão, mediante o auto-reconhecimento, de empreendimentos à economia solidária, sobretudo nos rincões mais afastados e isolados do País. Do mapeamento resultará um Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária, tendo como foco um banco de dados sobre a economia solidária, alimentado por Comitês e diversas universidades de todos Estados. Estão cadastrados neste banco, até o momento, mais de 20.000 empreendimentos solidários.

Parte desses empreendimentos estiveram reunidos durante três dias, em agosto deste ano, durante o I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária. Nesse evento, que contou com a presença de mais de 2000 pessoas, foram aprofundados temas sobre os caminhos para o fortalecimento desse setor em nosso País.

Além disso, a SENAES ajudou a construção duma política de economia solidária transversal do Governo Brasileiro, que vem sendo desenvolvida pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, das Cidades, do Meio Ambiente, das Minas e Energia, pelas Secretarias de Políticas Públicas pela Igualdade Racial, da Pesca e pela própria Presidência da República. Como ação emblemática desta política transversal, merece destaque a constituição de capital de giro da Companhia Harmonia (Usina Catende) mediante a colaboração da SENAES com o MDS, MDA e MF e que contou com a intervenção decisiva do Gabinete Pessoal da Presidência.

O notável avanço da economia solidária durante o segundo ano de governo integra o programa de governo do Presidente Lula como inclusão social, geração de emprego, desenvolvimento econômico e distribuição da renda, na medida em que a economia solidária se revela como arma eficaz de combate à exclusão e à pobreza, de geração de novos postos de trabalho, de desenvolvimento local, desde periferias miseráveis das metrópoles até comunidades rurais negras, indígenas e caboclas. Na medida em que a economia solidária passa a ser adotada como estratégia de sobrevivência pelos mais pobres, é

justo encará-la também como fator de distribuição de renda.

Assim, a economia solidária está mais integrada política e economicamente, fato que se comprova ao fazermos uma comparação entre a situação antes e depois do início das atividades da Secretaria Nacional de Economia Solidária e, portanto, do Governo Lula.

#### PERSPECTIVAS PARA 2005

Frente aos avanços obtidos com as políticas até aqui desenvolvidas, para o próximo ano espera-se seguir em aceleração o processo de consolidação da economia solidária no Brasil. São muitas e diversas as metas que pretendemos atingir em 2005. Das obras de construção e instalação dos Centros Públicos de Economia Solidária à implantação do “Plano de Recuperação de Empreendimentos pelos Trabalhadores em Auto Gestão - PLAN-TAG”, alguns números são vislumbrados como resultados do conjunto dessas políticas.

Estima-se que a economia solidária em 2005, se devidamente apoiada, poderá gerar e/ou manter cerca de 250 mil postos de trabalhos diretos através de suas atividades produtivas e de articulação. Dessa forma deverá ser cada vez mais um instrumento de combate à pobreza pela via da organização coletiva.

Além disso, frente aos resultados que começam a surgir da campanha nacional de economia solidária, mais 25.000 empreendimentos deverão ser cadastrados no que se constitui como o Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária. O auto-reconhecimento e a visibilidade das políticas que ganham capilaridade são os principais fatores que devem potencializar esse movimento.

Por fim, com os processos de formação em andamento junto com diversos parceiros públicos e privados de todo o País, deverão ser formados cerca de mil agentes de desenvolvimento que servem como um importante sujeito tanto na divulgação, mas principalmente no fortalecimento da economia solidária como uma alternativa concreta.”

#### Texto II

“O Dilema da Economia Solidária” por Paul Singer

No quadriênio de 1997-2001, Porto Alegre, Santo André e Belém foram dos primeiros Municípios a desenvolver políticas de inclusão social através de apoio e estímulo a iniciativas cooperativas ou associativas por parte de desempregados, favelados, catadores de lixo e pobres em geral. Diante do êxito destas Prefeituras, no quadriênio seguinte, dezenas de outras (entre as quais a de São Paulo), passaram a desenvolver suas próprias políticas de economia solidária. Em muitos destes Municípios foram criados bancos do povo, que fornecem micro-créditos a empreendedores de baixa renda, e se revelaram muito eficientes como meio de combate à pobreza destas categorias.

Com a criação, no ano passado, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, como parte integrante do Ministério do Trabalho e Emprego, por



iniciativa do Presidente Lula, políticas de inclusão social, como estas, passaram a receber apoio também do Governo Federal. Neste ano, por exemplo, quase duas dezenas de municipalidades estão iniciando a construção, em convênios com a SENAES, de Centros Públicos de Economia Solidária, locais de realização de eventos, encontros, cursos, etc., nos quais interessados obterão informações sobre economia solidária e como se engajar nela, além de poder adquirir produtos de empreendimentos solidários, ali expostos.

Nas últimas eleições municipais, várias destas prefeituras mudaram de mãos. Eram, em sua grande maioria, governadas por coalizões lideradas pelo PT e a partir de janeiro próximo passarão para coalizões encabeçadas por outros Partidos. Os novos Prefeitos se encontram diante dum dilema: dar continuidade ou findar os programas de economia solidária em curso.

O Partido que adotou com mais ênfase a economia solidária tem sido, até o momento, o dos Trabalhadores. Mas, isso não quer dizer que outros partidos, mesmo de campos opostos, não possam fazer o mesmo. Em política não há *copyright*, felizmente. Em termos ideológicos, a economia solidária tem fortes afinidades com todas as correntes políticas, as que empunham as bandeiras de justiça social, de combate ao desempregado e à abismal diferença entre pobres e ricos, em nosso País. Nada impede que as novas Prefeituras dêem continuidade aos programas de economia solidária em curso, imprimindo-lhes eventualmente sua própria marca.

A renda mínima, por exemplo, foi colocada em prática pela primeira vez por um Prefeito tucano de Campinas. Isso não impediu que muitos Prefeitos de outros Partidos - sobretudo do PT - seguissem o seu exemplo. O orçamento participativo, por outro lado, apesar de ser política originada no PT, está sendo adotado por inúmeras municipalidades governadas por outros Partidos, dentro e fora do Brasil. O mesmo pode vir a acontecer, se e quando os montantes de inclusão social que resultaram de iniciativas de economia solidária, se tornarem conhecidos e públicos.

A SENAES está conduzindo, em colaboração com universidades e comitês gestores estaduais, um mapeamento da economia solidária no Brasil, que em breve permitirá julgar em que medida a aplicação da solidariedade à economia abre novas oportunidades de trabalho e renda aos que mais precisam delas. É possível imaginar que os recursos fiscais, liberados pelo fim dos programas de economia solidária, possam lastrear outras iniciativas.

Mas, convém não esquecer que para os milhares que se beneficiam com a economia solidária, isso não compensa as perdas que sofreriam se os programas em curso fossem interrompidos.

A economia solidária é um lúdimo produto da sociedade civil, cuja expansão se beneficia com recursos públicos nela aplicados. Mesmo sem estes recursos, os empreendimentos solidários já constituídos seguirão adiante e, na medida do possível, continuarão a contar com

apoio federal. A economia solidária se estrutura hoje em foros estaduais, que fazem a ponte entre os empreendimentos solidários e a SENAES. Nos lugares em que os próximos governantes municipais resolverem acabar com os programas, a economia solidária sentirá o golpe. Mas, ele poderá ser atenuado por programas de Municípios vizinhos em que eles não sofreram solução de continuidade, assim como de Governos Estaduais e do Governo Federal.

Finalmente, o que for feito diante do dilema da economia solidária não precisa e nem deve ser uma decisão isolada do novo Prefeito com sua equipe ou consigo mesmo. Seria bom que ele ouvisse o povo e que o povo se fizesse ouvir. Políticas de economia solidária reduzem o sofrimento dos que se encontram isolados, oferecendo-lhes oportunidade de se associar e em conjunto superar a situação de carência em que estão. Contribuem à integração dos jovens das periferias miseráveis em cooperativas e deste modo à redução da criminalidade violenta. Nas cidades em que tais políticas correm o risco de serem terminadas, cabe aos interessados mostrar aos futuros governantes as consequências de tal decisão.”

PROJETO DE LEI Nº 018/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná obrigado a destinar para o Fundo Estadual de Cultura recursos do orçamento próprio estadual equivalente a 1,5% (um e meio por cento) da cota parte estadual do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Parágrafo Único. O valores a que se refere o *caput* do artigo serão utilizados exclusivamente em atividades de difusão cultural, excluídas as despesas com o pessoal administrativo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Na forma do artigo 190 da Constituição do Estado do Paraná, atualizada em 2001, a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa. Ainda no Capítulo II Da Educação, da Cultura e do Desporto, a Seção II Da Cultura, o artigo 196 da mesma Constituição descreve: *o orçamento estadual destinará recursos compatíveis com o desenvolvimento das atividades culturais e artísticas.*

O Brasil, ao longo de sua história, nem sempre deu à nossa produção cultural o seu valor.

Em razão de um aparente histórico de descaso com a cultura pátria, esta não tem encontrado, politicamente, espaço e mecanismos para o fomento e a preservação destas riquezas humanas, através das manifestações genuinamente brasileira e paranaense.

Um exemplo da insuficiência de recursos para produção e difusão cultural é o valor que o orçamento do Estado historicamente destina à Pasta da Cultura, valores muito abaixo de 1% (um por cento) do valor total do orçamento do Estado.

Esses valores são gastos, em sua quase totalidade, na administração da Secretaria de Estado da Cultura e órgãos vinculados.

Às ações diretas que poderiam viabilizar, não apenas a continuidade das ações e manifestações artísticas já existentes em todos os setores da área, mas as ações que promovam o reconhecimento, a manutenção e a transversalidade desta diversidade cultural, ínfimos valores são destinados.

Uma dotação orçamentária mínima para o setor seria o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) da cota-parte estadual do ICMS para o fim específico previsto no corpo da lei, ou seja, além dos valores já destinados à Secretaria Estadual de Cultura.

Releva destacar que não se está vinculando o imposto em si, mas apenas o tomando como referência para fixação do percentual.

Ressalta-se que esses valores não seriam usados para custear despesas administrativas e outras estruturas de comunicação vinculadas à Secretaria Estadual de Cultura.

Desta forma, historicamente, estaremos contribuindo para a verdadeira identidade do Paraná, bem como na possível criação de uma indústria socialmente inclusiva.

Projeto com conteúdo semelhante foi apresentado em 2005. A proposição foi retida pela CCJ sob o argumento de que não poderia haver vinculação de imposto.

O presente projeto está reformulado e não o vincula o ICMS, mas apenas o toma como referência para definir o montante.

Com a nova redação o projeto cumpre integralmente o disposto na Constituição Federal, Código Tributário Nacional, Lei Complementar 101/00 e Legislação referente aos tributos estaduais.

Essas são as razões.

PROJETO DE LEI Nº 019/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Nas contratações públicas do Estado do Paraná poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regio-

nal, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, na forma desta lei, ressaltando o contido no artigo 3º.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, a administração pública estadual poderá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresas ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 1º O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 2º Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública estadual poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Art. 3º Não se aplica o disposto nesta lei quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de julho de 2007.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aguardada com ansiedade por toda a economia nacional, que instituiu o Estatuto Nacional da

Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - SUPER-SIMPLES, estabelece, em seu artigo 47 o seguinte:

*Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.*

Portanto, para que se possa conceder, nas contratações públicas pelo Estado do Paraná, tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, há necessidade de que seja editada lei específica.

Assim, visa o presente projeto de lei regulamentar o referido tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Essas são as razões que nos levam a solicitar o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto que propiciará às microempresas e empresas de pequeno porte expandirem as suas atividades e, por conseguinte, gerarem milhares de empregos em todo o território paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 020/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 8º e revogada a Tabela VII da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002, que dispõe sobre o Regimento dos Atos Judiciais.

“Art. 8º As Tabelas II e III do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no artigo 49, da Lei nº 6.149/70, ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

*O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função institucional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.*

Esse texto do artigo 114, da nossa Constituição Estadual, dispondo que, entre as funções mais nobres do Ministério Público, resida a defesa dos interesses sociais das classes mais carentes. Não é admissível, portanto, que através da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002, que

dispõe sobre o Regimento dos Atos Judiciais, haja uma cobrança indevida da taxa equivalente a R\$ 3,00 (três reais), para que o MP intervenha nos feitos de ordem notariais e registrais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei, que pretende revogar cobrança indevida, que traz enormes prejuízos aos mais necessitados do nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 021/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, a administração pública estadual baixará a regulamentação respectiva no prazo máximo de 120 dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O uso de drogas - legais e ilegais, pela juventude brasileira, está chegando ao insuportável.

As medidas legais existentes para o combate de tal flagelo são insuficientes e, cada vez mais, os problemas se agravam, colocando em alerta máximo toda a sociedade que vê, incrédula, seus jovens perderem-se num caminho muito difícil de retornar.

É preciso responder aos anseios dos nossos representados, e o presente projeto de lei, visa, precipuamente, dar uma colaboração direta e factível, se não na resolução do problema, pelo menos na amenização deste.

A regra aqui proposta é clara: os estabelecimentos comerciais que não tomarem as precauções relativas à venda de bebidas alcoólicas aos menores e/ou envolverem-se com drogas terão suas inscrições no CAD/ICMS cassadas e, desta forma, impedindo o seu funcionamento.

PROJETO DE LEI Nº 022/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Insere parágrafos na Lei Complementar 113/05, com a seguinte redação:

§ 4º As contas, convênios e demais atos sujeitos à apreciação pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, serão apreciados no prazo máximo, impreterível e improrrogável, de um ano, após a sua apresentação.

§ 5º A não apreciação das contas no prazo acima, determina a remessa dos atos e documentos respectivos às Câmaras de Vereadores, quando se tratarem de contas ou convênios celebrados com a administração municipal ou da Câmara de Vereadores; e, Assembléia Legislativa, quando forem convênios ou prestação de contas do Governo Estadual. Quando o prazo máximo fixado por esta lei não for cumprido pelo Tribunal de Contas do Paraná, fica dispensado o seu parecer sobre as contas municipal e estadual.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

Existem casos concretos em que o Tribunal de Contas do Paraná recebeu, há mais de dez anos, a prestação de contas de Prefeituras, e, até hoje não emitiu parecer. É possível que alguns ex-Prefeitos já tenham até morrido e suas contas não foram apreciadas. É quase impossível uma ex-autoridade, mais de dez anos após deixar as funções públicas, se lembrar e com precisão, de detalhes de sua administração, eventualmente solicitados pelo TC. Há muitos Prefeitos que deixam as funções sem a mínima condição financeira para contratar advogado para sua defesa. Sem falar a exploração política que adversários fazem enquanto a conta está pendente no TC ou aguardando manifestação da Câmara Municipal. A opinião aqui expressada se aplica, também, às autoridades estaduais. O Tribunal de Contas do Paraná possui uma das melhores estruturas de todo o País, com servidores da mais alta competência profissional, não se justificando o mesmo levar tantos e longos anos para analisar as prestações de contas a ele encaminhadas.

**PROJETO DE LEI Nº 023/07**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, com sede no Município de Nova Santa Rosa e foro na Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

A ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, fundada em 19 de novembro de 1986, contando, pois, com mais de vinte anos de existência, vem desenvolvendo constante traba-

lho em favor da classe empresarial, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento do Município.

Trata-se de uma entidade de classe, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 77.816.171/0001-18, e pela sua importância e representatividade é merecedora de ser considerada por lei, como entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

**PROJETO DE LEI Nº 024/07**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o São Francisco Instituto Vida, com sede e foro no Município de Cambé.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O São Francisco Instituto Vida, fundado em 20 de dezembro de 2004, com sede no Município de Cambé, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, constituída em forma de Associação, sem fins lucrativos, que tem por finalidade integrar as áreas de saúde e de assistência social na promoção de programas e projetos que visem a qualidade de vida das pessoas.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pelo São Francisco Instituto Vida, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando o apoio aos nobres Pares desta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 025/07**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Espírita Fraternidade, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro Espírita Fraternidade, com sede e foro no Município de Guaratuba, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover assistência social e estudo

da doutrina espírita para as crianças, adolescente e adultos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 026/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Arte, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Paranaense de Arte, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover ações de valorização das artes como expressão da cultura; da defesa e valorização do patrimônio cultural-histórico, artístico, natural e imaterial; desenvolvimento da cultura; da defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 027/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam as Instituições de Rede Pública de Ensino Estadual, obrigadas a fornecer, merenda diferenciada para estudantes clinicamente considerados diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, tem por finalidade dispor sobre a obrigatoriedade da distribuição de merenda diferenciada para estudantes clinicamente considerados diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos.

A intenção do autor ao iniciar a presente proposição, foi de garantir alimentação adequada aos alunos necessitados dela, possibilitando aos mesmo participar das atividades escolares sem a preocupação do agravamento de seu estado de saúde.

Com a colocação de merendas especiais daremos condições aos nossos alunos de absorver melhor os conhecimentos transmitidos pela escola, possibilitando-lhes um futuro mais promissor.

PROJETO DE LEI Nº 028/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. José Antonio Vidal Coelho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

José Antônio Vidal Coelho.

Filho de Manoel Pereira Coelho e Alaíde Vidal. Nasceu em Itaqui, Campo Largo (PR), no dia 08 de junho de 1939.

Iniciou sua carreira na magistratura em dezembro de 1967, quando foi nomeado, após ter sido aprovado em concurso público, para exercer o cargo de Juiz Substituto da 9ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Apucarana. Foi Juiz Substituto nas Comarcas de Jandaia do Sul, Mandaguari, Marilândia do Sul, Jaguapitã e Arapongas. Em 1968, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Sengés. Exerceu a judicatura nas Comarcas de Cambé, Guaíra, Ponta Grossa e Curitiba. Em setembro de 1988, foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada e em março de 1995 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Integra a 1ª Câmara Cível e o 1º Grupo de Câmaras Cíveis.

Em 20 de dezembro de 2002 foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, para o biênio 2003/2004.

Foi Corregedor Regional Eleitoral e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral no período de 1º de fevereiro de 2006 a 1º de fevereiro de 2007.

Em 15 de dezembro de 2006 foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça, para o biênio de 2007/2008.

É casado com Glaci Bassani Coelho.

PROJETO DE LEI Nº 029/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os hipermercados e supermercados estabelecidos no Estado do Paraná devem colocar à disposição do consumidor um empacotador para cada caixa em funcionamento no estabelecimento comercial.

I - Fica estabelecido, que 30 (trinta) por cento das vagas serão reservadas para deficientes físicos e idosos.

Art. 2º A violação ao previsto nesta lei importará ao infrator a multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo regional.

Parágrafo Único. Os valores arrecadados conforme o *caput* desta cláusula será destinado ao Estado, que através de órgão competente promoverá a divulgação de ofertas de emprego.

Art. 3º O Executivo regulamentará a presente lei no período de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Poderemos observar, não só em nosso Estado, mas em todo o território nacional a falta de vagas de emprego.

As filas em agências de emprego crescem a cada dia, ficando a população angustiada com tal situação.

A presente proposta visa à criação direta de empregos, principalmente para deficientes físicos e idosos que são os que mais sofrem com a angariação de uma vaga no mercado de trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 030/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná terão o direito de solicitar a cirurgia de circuncisão nos bebês recém-nascidos.

Art. 2º Os pedidos deverão ser feitos através dos pais para a direção do hospital.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Um estudo realizado recentemente na África constatou que nos países de religião muçulmana, onde é adotada a prática da circuncisão nos recém-nascidos, o número de pessoas infectadas pelo vírus HIV reduz drasticamente em relação às populações africanas que não adotam a prática.

Outro ponto, a circuncisão nos recém-nascidos tem o sentido de prevenir que o sistema de saúde arque mais tarde com cirurgias de fimose, o que implicaria em um novo internamento, exames e consultas ambulatoriais.

PROJETO DE LEI Nº 031/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Governo do Estado do Paraná, através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, passa a atuar em formato de parceria com as Prefeituras na recuperação de rodovias de responsabilidade dos Municípios.

Art. 2º Fica estabelecido que caberá ao Poder Executivo a elaboração do projeto de engenharia e o fornecimento de material para a execução da obra.

Art. 3º Ao Município caberá o fornecimento de mão-de-obra e das máquinas necessárias à execução do projeto.

Art. 4º Os recursos necessários para o material serão originários do orçamento da Secretaria Estadual de Transportes.

Art. 5º Os Municípios que tiverem a necessidade de contratar mão-de-obra e/ou adquirir máquinas para a execução da obra fazê-lo através de linhas de financiamentos previsto para os Municípios da rubrica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Art. 6º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Boa parte dos Municípios paranaenses tem dificuldades de escoar a produção local por falta de infraestrutura, sobretudo os produtos agrícolas produzidos na área rural. A recuperação das rodovias municipais, que normalmente ligam Distritos à sede do Município será uma importante contribuição para melhorar a infraestrutura do Estado do Paraná.

A melhoria das estradas também contribui para a queda de preços da produção paranaense, tornando-a mais competitiva nos mercados interno e externo.

PROJETO DE LEI Nº 032/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no Estado do Paraná o Programa de Educação e Gestão Ambiental Participativa, nas áreas de proteção ambiental e parques estaduais localizados no perímetro estadual.

Art. 2º A criação do programa estabelecido no artigo anterior visa atender os seguintes objetivos:

- I - fomentar o crescimento da biodiversidade local;
- II - promover projetos e políticas de desenvolvimento sustentável das áreas;
- III - promover a educação ambiental;
- IV - formar agentes de preservação ambiental na comunidade;
- V - promover campanhas de conscientização ecológica por moradores e na comunidade usuária;
- VI - reduzir a pressão por ocupação das áreas preservadas;
- VII - promover a cultura, a cidadania e o desenvolvimento humano;
- VIII - compartilhar responsabilidade entre o poder público e a iniciativa privada e a comunidade;
- IX - levantamento de informações sócio-ambientais;
- X - controle da qualidade ambiental das áreas.

Art. 3º São atribuições do Estado na execução do programa:

- I - participar da elaboração e implantação do programa de educação de gestão ambiental participativa, e todos os seus componentes;
- II - disponibilizar recursos humanos e materiais para viabilizar a elaboração e implantação de programas;
- III - fornecer subsídios técnicos;
- IV - fornecer dados e informações necessários à elaborações do programa;
- V - promover o processo de educação ambiental, auxiliando na mobilização e organização social da população e entidades locais;
- VI - elaborar e promover atividades junto à população local e usuários.

Art. 4º A implantação e acompanhamento do Programa de Educação e Gestão Ambiental será de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 5º Para a execução dos objetivos desta lei, o Estado poderá firmar convênios com entidades ecológicas, de usuários e moradores, ONGs e outras afins.

Art. 6º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A presente lei visa resguardar os parques e áreas ambientais protegidas em nosso Estado em parceria com a comunidade e usuários.

Conseguindo preservar o que temos de áreas verdes, estaremos contribuindo com o meio ambiente que vive uma crise para se manter.

Até mesmo a floresta amazônica corre perigo com o aquecimento global, que está a cada dia mais intenso, fazendo com que estas áreas deixem de existir.

A aprovação deste projeto trará a informação a todos, conscientizando a população de nosso Estado sobre o quanto é importante para nós a preservação ambiental.

PROJETO DE LEI Nº 033/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado o Exame Estadual do Ensino Médio.

Art. 2º A Secretaria Estadual de Educação deverá, todos os anos, promover exames com os alunos que estejam concluindo o Ensino Médio.

Art. 3º Os alunos que obtiverem nota maior ou igual a 80 (oitenta), em ordem de classificação decrescente, terão garantida uma vaga em uma das Universidades mantidas pelo Estado do Paraná

Art. 4º Os estudantes da rede pública estadual terão vagas preferenciais, sendo que as restantes serão ofertadas em concurso vestibular.

Parágrafo Único. A opção pelo curso deverá ser manifestada antes do exame, ficando a classificação condicionada ao número de vagas ofertadas.

Art. 5º O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Entendemos ser de fundamental importância a aprovação desta lei, para que os alunos de melhor aproveitamento da rede estadual de ensino, possam assegurar sua vaga em uma universidade estadual.

Uma vez que a atribuição de manter o ensino superior é do Governo Federal, é justo que as instituições mantidas pelo Governo Estadual dêem preferência aos estudantes formados pela rede pública do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 034/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O Poder Executivo, através da Secretaria Estadual de Educação, institui o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte, estabelecendo o sistema de parceria entre as escolas do sistema estadual de ensino e a iniciativa privada.

Art. 2º As empresas com sede no Estado do Paraná poderão abater até 1% do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias, em programas de formação de atletas estabelecidos pelas escolas estaduais, desde que aplique a mesma quantidade de recursos próprios.

Art. 3º Os projetos de formação de atletas deverão ser aprovados pela Paraná Esporte e destinados a alunos matriculados no sistema estadual de ensino.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### JUSTIFICATIVA:

O esporte tem demonstrado ser um dos meios mais eficazes na questão da inclusão social. O programa dá a oportunidade a jovens de todas as regiões do Estado do Paraná a desenvolver o potencial, com recursos públicos e da iniciativa privada, uma vez que as empresas ficam obrigadas a dar uma contrapartida com recursos próprios.

O programa cria a possibilidade do surgimento de núcleos regionais de diversas modalidades, e, em consequência, movimentando uma série de atividades econômicas paralelas para dar suporte aos jovens que participam do programa.

#### PROJETO DE LEI Nº 035/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Determina que o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, execute programas de orientação aos Municípios situados em seu território, para a implantação de usinas de tratamento de resíduos sólidos.

Art. 2º Os responsáveis pela instalação das usinas de tratamento, deverão obrigatoriamente, respeitar a legislação ambiental vigente no País.

Art. 3º O Estado poderá firmar convênios com empresas privadas para a execução do que determina o artigo 1º desta lei.

Art. 5º O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### JUSTIFICATIVA:

Entendemos ser de fundamental importância a implantação destas usinas no Estado, para resolver o problema do lixo nos Municípios, evitando a instalação de novos aterros sanitários.

Conforme estudos, os resíduos tratados por estas usinas serão totalmente reaproveitados, sem destinar nada ao solo ou ao meio ambiente.

Estes sistemas consistem na separação do material inorgânico (lixo seco), para ser reaproveitado pelas usinas. Já o material orgânico (lixo úmido) e os rejeitos obtidos após triagem dos resíduos serão reduzidos em até 80% através do tratamento.

O projeto solucionará o grave problema da destinação adequada dos resíduos sólidos, e estaremos ajudando os Municípios na implantação das usinas e cuidados com o meio ambiente.

#### PROJETO DE LEI Nº 037/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Os bens públicos estaduais, móveis e imóveis, incluídos veículos, equipamentos urbanos, sinalização de logradouros, placas, painéis e cartazes sinalizadores ou informativos de obras públicas estaduais, serão identificados pelo brasão do Estado, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.457, de 31 de março de 1947.

Parágrafo Único. Ficam excluídos das determinações contidas no *caput* deste artigo os veículos de representação, assim definidos em decreto regulamentar.

Art. 2º É permitida a veiculação referida no artigo 1º desta lei em conjunto com identificação e mensagem de programa, projeto ou ação do Governo, como forma de orientar a população sobre as atividades desenvolvidas, estimulando sentimento de bem comum.

Art. 3º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Não está vedada publicidade que adote mensagens, símbolos ou imagens de promoção social, procurando orientar a comunidade, ou mesmo desenvolver o espírito de cidadania e civismo para o Estado.

Art. 4º O disposto nesta lei aplica-se, também:

I - aos bens e equipamentos das autarquias, fundações, sociedades de economia mista estaduais, aos das concessionárias e permissionárias de serviço público estadual, permitida, neste caso, a aplicação ou afixação de denominação, logotipo ou sigla da entidade respectiva;

II - aos formulários, tabelas, fichas metálicas, folhetos informativos, publicações ou outro qualquer tipo de material impresso, da administração direta e indireta.



Art. 5º As permissões de publicidade em bens públicos vedarão a propaganda de medicamentos, produtos tabagísticos, bebidas alcoólicas ou qualquer outro tipo de produto nocivo à saúde da população.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão tem o objetivo de normatizar o uso de símbolos, mensagens e veiculações do Governo do Estado do Paraná, segundo os princípios estabelecidos na Constituição da República - artigo 37, parágrafo 1º, impossibilitando o uso pessoal da publicidade governamental.

Ao mesmo tempo, possibilita a veiculação de ações e orientações de governo desde que com caráter instrutivo, e proporciona a identificação oficial dos atos do governo, prevenindo responsabilidade.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Finda a leitura do Expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Deputado Antonio Belinati

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Deputado Alexandre Curi, nobre Deputada Luciana Rafagnin, nobres colegas.

Inicialmente a gratidão ao povo do Paraná porque ocupo a tribuna hoje, estreando o décimo mandato popular conferido pelo nosso povo do Paraná. São dez vitórias, dez mandatos, a nossa gratidão e o desejo, Sr. Presidente Nelson Justus, V. Exa. com toda a habilidade logo pela manhã, com tanto entusiasmo, às 05h30 da manhã presente aqui no prédio da Casa dando entrevistas aos canais de TV. O nosso desejo é que se restabeleça a paz na política do Paraná. A impressão que se dá é que alguém abriu a porta do inferno e andaram soltando uns capetinhas para infernizar a política paranaense. E isso não leva a nada. Quem acaba perdendo e pagando a fatura quando os Governantes brigam é o pequeno, o nosso povo.

E em nome dos interesses do povo do Paraná, o nosso desejo de paz na política.

Sr. Presidente Nelson Justus, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. um anteprojeto de lei, que se apro-

vado por esta Casa, o objetivo da nossa matéria é estabelecer um prazo máximo para que o Tribunal de Contas do Paraná aprecie as contas dos Prefeitos, dos ex-Prefeitos, da Assembléia Legislativa e também do Governo do Paraná.

Estava analisando o que tem acontecido no Paraná. Um Tribunal de Contas com gente da mais alta qualificação profissional, mas que em muitos momentos, principalmente ex-Prefeitos ficam com a corda no pescoço como Sadan Hussein, puxam ou não puxam a corda, vão ou não vão apreciar a conta do ex-Prefeito. Nesta Casa tem Deputado que já ocupou o cargo de Prefeito e tem conta que até hoje não foi apreciada pelo Tribunal, colega Deputado, com conta de treze, quatorze anos sem o parecer do Tribunal de Contas. Isso gera sempre uma expectativa, uma exploração por parte do lado contrário àquele que deixou o cargo de Prefeito. E é até de se indagar, em sã consciência, alguém que hoje ocupa um cargo de Prefeito, será que daqui a doze, treze, quatorze, quinze anos ele estará em condições de se lembrar de todos os detalhes quando o Tribunal de Contas convocá-lo a prestar esclarecimentos para emitir o seu parecer favorável ou contrário às suas contas.

Por isso, Sr. Presidente Nelson Justus, entendemos que o ideal é o Tribunal de Contas julgar as contas do Governador durante o seu mandato no máximo um ano após o Governador deixar o cargo ou o Prefeito deixar o cargo.

O Tribunal tem estrutura, não pode mais continuar acontecendo. Tem gente que fica, muitas vezes, ilegível de última hora, porque deixa o poder mudam as forças políticas numa Câmara de Vereadores e muitas vezes a Câmara, para agradecer a quem está hoje no poder, rejeita a conta do ex-Prefeito para torná-lo inelegível. Eu fui Prefeito por três mandatos, por treze anos, da Cidade de Londrina e entendo. Eu tenho contas lá, de oito ou nove anos, não apreciadas. Meu colega, Luiz Eduardo Cheida, que também foi Prefeito de Londrina, tem conta de doze, treze anos, que até hoje não foram apreciadas pelo Tribunal.

Então, num belo momento você está com sua candidatura na rua ou para concorrer novamente a Prefeito, Vereador, Deputado ou algum outro cargo e de repente sua conta pode ser reprovada e tornar o ex-Prefeito inelegível por três anos. Fora as interpretações que serão dadas por um eventual parecer contrário do Tribunal e pela desaprovação por parte da Câmara Municipal.

Não é uma crítica ao Tribunal de Contas. Não queremos forçar o Tribunal. Nós queremos, Sr. Presidente Nelson Justus, é que com esta estrutura de gente qualificada, no máximo um ano após cada conta ser encaminhada para o Tribunal de Contas, o Tribunal emita parecer favorável ou contrário. Não estamos pedindo para o Tribunal emitir parecer favorável a ninguém. Mas, que dê o parecer no prazo máximo de um ano após a autoridade deixar seu cargo.

Era esta a contribuição e posso, Sr. Presidente, aqui dizer, que não tive o apoio e não tive voto de nenhum Prefeito do Paraná.

Estou apenas defendendo uma causa que acho justa, em favor da tranquilidade de quem é hoje Prefeito e que amanhã será ex-Prefeito e que poderá correr os mesmos riscos que hoje estamos apontando e que queremos corrigir, através deste projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer uma saudação aos novos companheiros que chegaram à Casa, aos Deputados que estamos conhecendo agora: sejam todos bem-vindos. Especialmente aos “velhinhos” que voltaram: Edgar Bueno, Antonio Belinati e mais alguns *blue caps* aí, alguns que já estiveram aqui e estão voltando. Nossa saudação, com todo o respeito, aos companheiros que estão voltando, Deputado Waldyr Pugliesi, que já é um Deputado tradicional desta Casa. Aos Srs. Deputados nossa saudação e nosso trabalho, a partir de hoje.

Sr. Presidente, nossa saudação especial a V. Exa. também, que passa a dirigir os trabalhos desta Casa, exatamente neste primeiro dia de trabalho. Eu queria ser, Deputado Belinati, mais pesado que V. Exa. Vou aumentar a crítica. Seu projeto é muito bom, tem meu apoio. O Tribunal de Contas do Paraná é uma vergonha. Com raras exceções, é uma vergonha. O senhor tem toda razão no que falou. Os ex-Prefeitos do interior são os massacrados e injustiçados, enquanto as contas do Prefeito da Capital são aprovadas em dois meses no ano seguinte. E as contas do Governador são aprovadas rapidinho, rapidinho.

Então, o seu posicionamento é correto. Como ex-Prefeito, eu também concordo com V. Exa. e o Tribunal de Contas do Paraná, para mim, não é este “santinho” que o senhor está dizendo, não. Para mim, muitos dos que estão lá não passam de irresponsáveis políticos. Esta é minha crítica ao Tribunal de Contas do Paraná.

Na sequência, podemos até discutir mais sobre o Tribunal de Contas, porque tem muita coisa errada naquele Tribunal e que o povo do Paraná precisa saber.

Sr. Presidente, na tarde de hoje estamos protocolando, os quatro Deputados que fazem parte da Assembleia, pertinentes à região dos Campos Gerais, para ninguém dizer que não fizemos nossa parte, estamos protocolando o pedido da Região Metropolitana de Ponta Grossa, assinado por mim e pelos Deputados: Marcelo Rangel, Pércles de Mello e Plauto Miró.

Este é o primeiro projeto que estamos protocolando de Região Metropolitana, para que ele possa ser

bem discutido. Não somos contra as outras Regiões Metropolitanas, mas se as outras Cidades têm direito, Ponta Grossa também tem.

Queria também fazer um pedido aos senhores que são candidatos para a CCJ. Gostaria que houvesse respeito na CCJ, que houvesse ordem cronológica. Projeto que chegar primeiro, será votado primeiro. Não engavetar projetos por três meses e tirar quando quiser. É claro que de vez em quando tem que fazer algumas diligências, mas que sejam feitas com o prazo legal.

E para finalizar, gostaria de fazer um pedido para V. Exa., Sr. Presidente. Temos aqui Deputados de todas as linhas. Temos advogados, médicos, agricultores, radialistas, temos Deputados de várias classes aqui e eu quando pequeno fui vendedor ambulante, com muito orgulho e agora me disseram que está proibido nesta Casa vender qualquer coisinha nos gabinetes, que retiraram aquelas pessoas tradicionais que vendiam aqui antes. São pessoas que estão aqui há anos, que nunca fizeram mal a ninguém aqui dentro. São pessoas simples que vivem daquele dinheiro das coisas que vendem nos gabinetes.

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. reconduzisse esse processo. Fazer uma relação, organizar, deixar esse povo trabalhar, porque não estão roubando, estão trabalhando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Terceiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Goulart Alves.

### ***Deputado Professor Luizão (PT)***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero agradecer ao povo do Paraná que me concedeu a oportunidade de representá-los nesta Casa. Como Deputado estreante nesta Casa, porque assumi no último dia 15 de fevereiro, no lugar do Deputado Enio Verri que foi para a Secretaria do Planejamento. Quero contribuir para o bom andamento dos trabalhos desta Casa. Quero declarar o apoio para esta Mesa Diretora presidida pelo Deputado Nelson Justus e tendo como representante do nosso Partido a 2ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin.

Quero somar com os integrantes desta Casa na busca de soluções para os principais problemas do Paraná. Encontrar caminhos para o desenvolvimento e para a melhoria do nosso povo.

Sou Deputado do Estado do Paraná e além dos Municípios de Jandaia do Sul, Marumbi, Kaloré, Cidades onde passei a minha infância e adolescência, quero me dedicar ao desenvolvimento integrado dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, de modo especial Pinhais. Quero buscar desenvolvimento para a Cidade de Pinhais, Município novo com quinze anos de existência.

A minha insistência em trabalhar por esta integração dos Municípios é porque é errado falar que Curitiba é uma Cidade em que está tudo bem e na Região Metropolitana está tudo mal, porque aqui mesmo no Município de Curitiba nós temos duas Curitiba: uma do centro e uma dos bairros.

Muitos bairros da Capital, como Umbará, Caximba, Alto Boqueirão e Vila Autódromo, não se diferenciam muito dos Municípios da Região Metropolitana, como Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara e Pinhais. Então, mais do que nunca, temos que trabalhar por essa integração, por um desenvolvimento em que cada Município tenha o necessário para sua população e que Curitiba possa dar uma melhor atenção aos bairros mais distantes do centro.

Nós do PT, aqui na Assembléia Legislativa, temos um lado bastante definido: estamos aqui para defender o Governo Lula e somos base de sustentação do Governo Roberto Requião. Isso não significa que em um momento ou outro não vá haver divergência entre o nosso pensamento e a linha do Governo, porque isso é normal até em relação ao nosso próprio Partido - o PT - mas que essas divergências pontuais não signifiquem um abalo no relacionamento institucional e de respeito mútuo defendido pelo nosso Presidente André Vargas.

Sras. e Srs. Deputados, estou aqui para somar, para que juntos possamos construir um Paraná melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Elio Rusch por trinta minutos.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

É com muito prazer que subo a esta tribuna, na 1ª Sessão Ordinária desta Legislatura, para dizer a todos nossos companheiros e companheiras da Assembléia que nós pretendemos ter uma convivência harmoniosa nestes quatro anos desta nova jornada com os Deputados antigos, com quem já convivemos, com os novos Deputados que aqui chegaram pela primeira vez no Parlamento e com os outros que já estavam no Parlamento e estão regressando. Tenho certeza que o espírito que vai nortear cada Parlamentar vai trazer aquilo que os paranaenses esperam de nós.

Na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu pronunciamento na Sessão de hoje, no Grande Expediente, refere-se à comemoração do dia da imigração alemã no Estado do Paraná.

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Através do requerimento, datado em 03 de maio de 2004,

de minha autoria, aprovado por todos os Deputados, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 09 de junho de 2004, prestava uma homenagem, das mais comoventes, através de uma Sessão Solene, aos imigrantes alemães, que vieram para o Paraná, nos idos anos de 1829. Como as demais raças, a alemã também veio para enaltecer a terra do grande rio: o Paraná.

Disse desta tribuna, naquele memorável dia, que o Paraná acolhia já naquela época, de braços abertos, todos os imigrantes, pois da Alemanha vinham recomendações, enaltecendo os dotes e as qualidades de sua extraordinária gente. Recomendações estas, oficiais ou não, todas focalizavam um só detalhe, de que os imigrantes sabiam, sobretudo, trabalhar. Do nascer ao pôr do sol. Pela rota via Rio Negro, começava, então, a construção da bela história dessa incansável e fervorosa gente, no Paraná.

A história registra que tudo foi muito difícil, no início do desbravamento. Além de estarem sem guias, sem sobras de dinheiro e com pouquíssimas informações a respeito das novas terras, ainda, desconheciam por inteiro, nossa língua. Mas mesmo diante de tais dificuldades, não se abatiam, e não se entregavam ao desânimo. Disse um pensador acertadamente: *o limite de um homem, não é o tamanho de sua cidade ou de seu horizonte, mas a dimensão de seus sonhos.*

Assim procederam. Assim viveram e assim se projetaram, acalentando o sonho de uma nova vida. Na dimensão desses sonhos, sedimentaram o desejo da prosperidade e se embrenharam pelas cidades e pelos campos afora, do nosso glorioso Estado. Todos queriam, sobretudo e sobremaneira, vencer e vencer. E aos poucos, descobriram-se incluídos, novamente, no mundo, mesmo distantes da terra-mãe.

Foram superando os desafios e com o apoio incondicional do generoso povo paranaense, paulatinamente, tornavam realidade os sonhos projetados. A grandiosidade da cultura e da tradição germânica não triunfaria, se não houvesse essa fé inquebrantável, essa coragem desmedida e esse destemor sem igual, dos primeiros imigrantes alemães. Louvados sejam todos eles.

Hoje, orgulhosamente, sua descendência encontra-se esparramada pelos 399 Municípios, mais especificamente concentrados nos Municípios de Rio Negro, Rolândia, Marechal Cândido Rondon, Nova Santa Rosa, Mercedes, Entre Rios do Oeste, Quatro Pontes, Pato Branco, Lapa, Maripá, Céu Azul, Missal, colônias de Wittmarsun e Entre Rios, Municípios de Guarapuava, Londrina, e até Curitiba, entre tantos outros lugares, onde continuam o legado dos ancestrais, dignificando o Paraná de todas as gentes.

Como forma de agradecimento a este povo, com tradição milenar, da qual orgulhosamente faço parte, através da Lei nº 14.819 de 11 de agosto de 2005, de minha autoria, ficou instituído o dia 19 de fevereiro, como o “Dia da Comunidade Alemã”.

Instituído foi, para deixar viva a chama da fraternidade e para resgatar sempre a história desses valentes ale-

mães, que infinitamente servirão de estímulo aos descendentes, que receberam o legado de continuarem a propagar, nas cidades e nos campos, a bela missão de fazer do Paraná, um exemplo de grandeza e de prosperidade para o mundo. Descendência que hoje atua nos mais diferentes setores produtivos do Estado, colaborando no fortalecimento do seu perfil econômico e social.

É no comércio, na indústria, no agro-negócio - que aliás, desponta e se consolida como um dos setores que vem dando sustentação ao País - é na agricultura, é na pecuária, e assim sucessivamente, está ela engajada, cumprindo o papel de agente produtivo, dentro dos padrões éticos, cívicos e patrióticos.

Legítima e inquestionável foi e é, portanto, a contribuição dessa descendência em favor do Paraná, que precisa continuar sua caminhada para se consolidar em um dos Estados mais importantes da Federação Brasileira. Não há como pregar investimentos nos diferentes setores da vida pública, se o Estado for economicamente pobre.

Por isso, na minha trajetória política, sustento a tese de que um Estado deva ser forte economicamente, que incentive os setores produtivos, que se irmane com os setores privados fazendo parcerias, que atraia investimentos e que canalize ações para uma verdadeira revolução na seara da produção, com estímulos, com fomentos, com tecnologias e com orientações básicas e elementares, para cumprir seu grande papel de bem servir à coletividade. Desta forma o crescimento não se estagnaria, não sofreria interrupções. Ao contrário, seria sucessivo, crescente e eficaz.

O Paraná de hoje já é importante na produção de alimentos, qualificado em tecnologias, rico em conhecimentos, em pesquisas, tem abundância no que diz respeito à matérias-primas, é exuberante em relação à qualidade de vida - apesar de muitos problemas ainda existentes nessa área - é notável produtor e exportador de grãos, de automóveis, fecundo na área da biodiversidade, riquíssimo em água potável, em energia, em fauna e flora, mas precisa prosseguir sua trajetória, precisa correr, avançar.

E nessa caminhada estarão sempre, irmanados, com a grande força dos paranaenses, os descendentes alemães, determinados a colaborar nesse processo de crescimento.

Tudo farão pelo Paraná e pelos paranaenses, como forma de retribuir os gestos humanitários recebidos, quando aqui chegaram os primeiros imigrantes.

Já naquela época, os paranaenses sabiam viver ecumenicamente. Já zelavam pelo convívio pacífico.

Santo Agostinho, que pertence hoje à literatura universal, já dizia com muita convicção: *não goza verdadeira vida, quem não vive virtuosamente.*

Assim como os paranaenses viveram e vivem da forma mais virtuosa possível, os registros históricos confirmam também, que os imigrantes, da mesma forma,

procuraram viver exemplarmente essa virtude, pois acreditavam na vida e, sobretudo, em Deus.

Além disso, sempre foram prestativos, não violando a legislação vigente do País e não se omitindo quando convidados a reverenciarem à nova Pátria, que os recebia com fidalguia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o modernismo parece querer neutralizar e tornar sem significação as belas virtudes do heroísmo e da honra. Todavia, no Paraná, estas se sobressaem. Aqui, os valores permanentes e absolutos, jamais serão sepultados, pois a vida também pode ser compreendida, olhando-se para trás. Reviver, portanto, os heroísmos do passado, é assegurar e consagrar o futuro.

Por isso, a prosperidade de um Estado também se mede pela justiça que pratica, não só aos que vivem no tempo presente, mas sobretudo, aos que no passado, com serenidade e muito trabalho, plantaram e fizeram frutificar a semente do bem, da concórdia e do amor.

Graças a Deus, o Paraná com seus duzentos mil quilômetros quadrados e com seus mais de dez milhões de habitantes, nunca maltratou e jamais maltratará quem trabalha, quem efetivamente constrói.

Dentro desse mérito e desse contexto, o Paraná, graças à Assembléia Legislativa, festejará, todos os anos, no dia 19 de fevereiro, a vinda dos imigrantes alemães e sua descendência, agradecido pela saudável contribuição recebida, ao longo dos anos.

Parabéns aos alemães do Paraná.

Bem-vindos e bem-aventurados sejam todos.

Muito obrigado!

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB; PSDB.

(**Declinam**)

PFL: com a palavra o Deputado Plauto Miró .

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de mais nada as boas vindas aos novos Parlamentares, às Sras. Deputadas, aos Srs. Deputados, e àqueles que estiveram junto conosco na última legislatura, onde pudemos, aqui, discutir vários projetos de interesse de nosso Estado do Paraná, muitas vezes projetos polêmicos aprovados e muitas vezes não aprovados. E agora, nesse próximo período legislativo, todos nós novamente, reeleitos e novos, juntos para discutirmos aqui projetos do nosso Estado e com certeza de interesse de todos os paranaenses.

Mas, como ponta-grossense, morador dos Campos Gerais, não poderia deixar de estar aqui, nobre Deputado Osmar Bertoldi, nosso novo companheiro da Frente Liberal.

Presidente, durante o ano de 2006, no ano eleitoral, na nossa Cidade de Ponta Grossa, nós ouvimos por muitas vezes aqueles que governavam o nosso Estado, lá na nossa Cidade, nos meios de comunicação, falar na construção do Hospital Regional. Excelente, contanto que ele venha a ser construído, venha a ser custeado pelo SUS, pelo Governo do Estado do Paraná, e possa atender aos moradores dos Campos Gerais.

Só que conforme aproximava-se a eleição, mais a mídia divulgava o Hospital Regional. E lá no final do mês de setembro, vimos o Governador anunciar a construção, a licitação, e que ele havia deixado os recursos necessários bloqueados em uma conta para que pudesse o Hospital Regional ser construído. Então o dinheiro está garantido e depositado em uma conta.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve a licitação, a empresa venceu. E estou vindo aqui hoje encaminhar um requerimento a esta Casa para saber, nobres Deputados, como vão as obras do Hospital Regional. E também qual é a conta bancária em que estão depositados os recursos anunciados pelo Governador, um pouquinho antes das eleições. Deixar bem claro, não teve a intenção, é que tudo aconteceu um pouquinho antes das eleições. Queremos saber da construção que foi anunciada, dos recursos que falaram que estavam bloqueados. Eu, como cidadão ponta-grossense e representante dos Campos Gerais, quero saber em qual conta estão os recursos para a construção do hospital. Quero saber também, Sr. Presidente, a quantas estão as obras, porque dias atrás nós estivemos visitando as obras da Cidade, muitas sendo feitas pela Prefeitura Municipal e também a obra do Hospital Regional. Infelizmente, a coisa não vai como deveria estar, se o caso é que realmente existe todo o dinheiro bloqueado em uma conta específica para custear a construção desse hospital.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Deputado Plauto, só para informar a V. Exa. que esses documentos que V. Exa. está citando, eu já tenho esses documentos. Os documentos, inclusive, mostram que está bloqueado o dinheiro em uma conta no Estado. É importante que V. Exa. faça esse questionamento agora, mas eu já tenho esses documentos que eu solicitei lá atrás, aqui por esta Casa, e há uma informação do Governo que, realmente o dinheiro estava bloqueado. Eu posso conseguir uma cópia para V. Exa. depois.

E quanto ao Hospital Regional, a informação que temos é que as obras estão em andamento, iniciou a terraplanagem, está terminando agora e, em seguida, deve começar a obra. Agora quanto à questão do dinheiro, eu tenho essa informação oficial do Governo de que o dinheiro está na conta. Tenho essa informação assinada

pelo atual Secretário, ex-Secretário do Planejamento, Dr. Nestor Bueno, que vem a ser, inclusive, cidadão de Ponta Grossa. A hora que o senhor quiser, eu posso passar ao senhor esses documentos.

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ (PFL)**

Peço que V. Exa. nos encaminhe esses documentos, mas não vou deixar de, oficialmente, pedir ao Governador do Estado, ao Governo do Estado, para que possa nos atualizar, porque se pegarmos, Deputado Jocelito, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Péricles, os três ponta-grossenses que vivem e moram no Município de Ponta Grossa, se nós analisarmos a ordem de serviço que foi dada lá no comecinho do 2º turno, naquele momento quente da campanha eleitoral, e já passou o mês de outubro, o mês de novembro, dezembro, janeiro, mês de fevereiro, e muito pouco, até o momento, aconteceu, muito pouco! Nós queremos saber o que foi que houve, se a construtora não tem condições de fazer, se o Estado acabou não pagando a obra. Nós queremos saber como está. Porque na hora do voto, Sr. Presidente, parecia que este hospital já estava construído. O Governador, na sua campanha eleitoral, lá na cidade, divulgava como se já estivessem os doentes dos Campos Gerais sendo internados lá no Hospital Regional que, infelizmente, até agora pouco aconteceu!

Concedo o aparte ao Deputado Osmar Bertoldi.

#### **O Sr. Osmar Bertoldi (PFL)**

Deputado Plauto, em primeiro lugar eu gostaria de dizer a V. Exa. que nesta última campanha para Deputado, pela primeira vez eu fiz um trabalho político na cidade de Ponta Grossa, onde obtive setecentos votos e fiquei impressionado com a angústia da população com relação a um hospital naquela região. Em cada dez pessoas que eu conversava na rua, sete, pelo menos, falavam do problema de Saúde Pública de Ponta Grossa.

Apesar de não viver nos Campos Gerais, como Deputado Estadual quero me engajar com V. Exa. nessa briga, até porque acredito que promessa feita tem que ser cumprida e o mais rápido possível, porque não estamos falando de uma obra de engenharia, mas de uma obra que salva vidas e é obrigação do Governo do Estado dar saúde pública para a população daquela região.

Muito obrigado.

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ (PFL)**

Obrigado, Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou encaminhar este requerimento à Mesa para que oficialmente possamos obter estas informações e esperamos, de acordo com aquilo que o Governador falou por inúmeras vezes no palanque e nas reuniões políticas, que o mais rápido possível este hospital aconteça, porque tem muita gente que sofre lá na região dos Campos Gerais por falta de estrutura na área da saúde e a maior parte da obrigação de tudo isso é do Governo do Estado mas, infelizmente, não vem

acontecendo! Esperamos que o Governador Roberto Requião de Mello e Silva cumpra aquilo que falou!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

### ***Ordem Do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria da Mesa Executiva, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Protocole-se. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa para providências.**

E solicita também que os Deputados Líderes do PT, PMDB, PSDB, PFL e PP indiquem um membro partidário para a Comissão de Constituição de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a proposição de recesso parlamentar na Assembléia Legislativa.

Indicação nº 001/07, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, propondo acrescentar o artigo 27-A à Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, com o intuito de equilibrar os vencimentos dos Diretores de Escolas Estaduais, adequando-os à responsabilidade progressiva vinculada ao número de alunos matriculados nas escolas que dirigem. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Dr. Batista-PMN, Marcelo Rangel-PPS, Felipe Lucas-PPS e Douglas Fabrício-PPS, constante do expediente, comunicando a constituição de um Bloco Parlamentar, formado pelas Bancadas do Partido Popular Socialista-PPS e Partido da Mobilização Nacional-PMN e que esse Bloco será composto de 04 (quatro) Srs. Deputados. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Chico Noroeste-PFL, Pastor Edson Praczyk-PRB, Ribas carli Filho-PSB, e Reni Pereira-PSB, constante do expediente, comunicando a formação do Bloco Parlamentar: PSB/PL/PRB, indicando o Sr. Deputado Reni Pereira na qualidade de Líder do Bloco. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, comunicando a sua desfiliação do Partido da Frente Liberal-PFL e que pas-

sará a integrar o Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Carlos Simões-PTB, Fabio Camargo-PTB e Jocelito Canto-PTB, constante do expediente, comunicando que o Sr. Deputado Fábio Camargo responderá pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Tadeu Veneri, Péricles de Mello, Professor Luizão, Elton Welter e Luciana Rafagnin, constante do expediente, comunicando a composição da Liderança do Partido dos Trabalhadores-PT, tendo o Sr. Deputado Elton Welter como Líder, o Sr. Deputado Professor Luizão como 1º Vice-Líder e o Sr. Deputado Tadeu Veneri como 2º Vice-Líder. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 09 (nove), de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita a atenção dos Srs. Deputados porque na Ordem do Dia de hoje, apenas consta a composição partidária, pertinente a cada Comissão Permanente da Casa.

### *Composição das Comissões Técnicas*

Comissão das Comissões Técnicas do Poder Legislativo.

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O quociente para organizar as Comissões Permanentes nas 1ª e 2ª Sessões Legislativas da 16ª Legislatura, conforme a composição partidária na data da Sessão Solene de Posse, realizada em 1º de fevereiro de 2007, será a seguinte:

#### 1- Comissão de Constituição e Justiça - 13 Membros

PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS	QUOCIENTE	MEMBROS
PMDB	17	4,09	4
PSDB	07	1,68	2
PT	06	1,44	1
PFL	06	1,44	1
PP	04	0,96	1
PDT	03	0,72	1
PPS	03	0,72	1
PTB	02	0,48	1
PSB	02	0,48	1

#### 2 - Comissões Compostas por sete (07) Membros:

- 01 - Comissão de Finanças
- 02 - Comissão de Orçamento
- 03 - Comissão de Tomada de Contas
- 04 - Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul
- 05 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
- 06 - Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia

07 - Comissão de Segurança Pública

08 - Comissão de Saúde Pública

09 - Comissão de Redação

10 - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

11 - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais

12 - Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor

13 - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente

PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS	QUOCIENTE	MEMBROS
PMDB	17	2,20	2
PSDB	07	0,90	1
PT	06	0,77	1
PFL	06	0,77	1
PP	04	0,51	1
PDT	03	0,38	(*)
PPS	03	0,38	(*)

(\*) Houve empate no quociente entre os dois partidos, neste caso, haverá um sorteio para o preenchimento da última vaga.

#### Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS	QUOCIENTE	MEMBROS
PMDB	17	1,57	2
PSDB	07	0,64	1
PT	06	0,55	1
PFL	06	0,55	1

As Lideranças Partidárias deverão indicar os membros para comporem as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar até o dia 28 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.02.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a mesa, requerimento do Bloco Parlamentar PSB/PL/PRB/PV na composição das Comissões Permanentes Temporárias. Com esse requerimento a Mesa passa a decidir neste instante. Há uma alteração na constituição, nos devidos membros das Comissões Permanentes. A Mesa acata o requerimento firmado pelo Deputado Reni Pereira, como também conhecimento do requerimento do Deputado Fábio Camargo, passando a fazer parte do Partido Trabalhista Brasileiro, no dia da

posse. Importante que fique claro que a decisão da Mesa é favorável a esses dois pedidos porque ambos foram feitos, foram requeridos no dia da posse, conforme protocolo firmado pela Mesa.

Por essa razão, a Presidência solicita aos Srs. Líderes dos Partidos, que tão logo encerremos esta Sessão, façamos uma reunião no Gabinete da Presidência para definirmos ainda hoje, o nome dos representantes de cada Comissão Permanente da Casa. Até então, recebemos apenas a relação do Partido Progressista, do PP. Como existe essa decisão da Mesa na alteração da composição dos Partidos nas Comissões Permanentes, é pertinente e urgente que tenhamos uma reunião de não mais quinze minutos, para definirmos a participação de cada Partido nas Comissões Permanentes da Casa. Num primeiro momento, não há qualquer alteração na Comissão de Constituição e Justiça. Apenas alterações nas outras doze Comissões Permanentes.

Por isso, Srs. Líderes de Bancadas e de Partidos, solicito mais uma vez que tão logo encerremos esta Sessão, nos reunamos na Sala de Reuniões da Presidência, para definirmos essa questão que é de extrema importância.

### ***Requerimentos***

Requerimentos nºs 016 a 018, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 019 e 061, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 024 e 025, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 027, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 028 a 033, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 041 a 044, 046 e 078, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 047, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 051, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 054, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 070 a 075, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 080, de autoria dos Deputados Cleiton Kielse, Alexandre Curi, Stephanes Júnior e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 001 e 002/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 050 e 060/06.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atas de Comissões***

##### ***Comissão Parlamentar de Inquérito***

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DOS GRAMPOS TELEFÔNICOS  
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às 19h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, mais a presença do Vice-Presidente Deputado Natálio Stica, do Relator Deputado Jocelito Canto e Deputado Duílio Genari. Dado início aos trabalhos, o Presidente agradeceu a presença de todos, em seguida passou-se a palavra ao policial civil, Sr. Dêlcio Augusto Rasera, que respondeu às perguntas dos Deputados membros desta Comissão. O conteúdo da reunião está transcrito através das notas taquigráficas, em anexo, parte integrante da presente Ata. A seguir decidiu-se pela apresentação do relatório parcial na data de 15 de dezembro. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente  
Everlei Terezinha Cleto - Secretária



**Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Deputado André Vargas. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 186/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 207/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 235/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 265/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 267/06, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 299/06, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Nelson Garcia. Relator: Deputado Elio Rusch. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação sob a Presidência do Deputado André Vargas. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 237/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Relator: Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 295/06, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 349/06, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente

para que produza os efeitos legais.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação sob a Presidência do Deputado André Vargas. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Deputado André Vargas. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 338/06, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 377/06, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 480/06, de autoria do Poder Executivo. Relator: Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

sob a Presidência do Deputado Miltinho Pupio. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 276/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 322/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 415/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 447/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 488/06, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 507/06, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 509/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MILTINHO PUPIO - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Deputado Durval Amaral. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 335/06, de autoria da Deputada Cida Borgehtti. Relator: Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

**Redação**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 323/05 e 181/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 157/06, 161/06, 169/06 e 179/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti, apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 462/05, 500/05; 123/06 e 220/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 750/05, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### **Finanças**

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Sr. Deputados: Tadeu Veneri, Ailton Araújo, Carlos Simões, José Maria Ferreira e Duílio Genari. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Sr. Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 121/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 019/06, que objetiva estabelecer normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria expedidas pela União. Relator Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 452/06, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 51/06, que objetiva alterar a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS. Relator Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH-Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes Sr.es deputados: Carlos Simões, Duílio Genari e Barbosa Neto. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Sr. Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, que objetiva assegurar o fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida a Hotéis Fazenda, Sítios e Pousadas. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH-Presidente

Wilson Penka - Secretário

### **Publicações Administrativas**

#### **3º ADITIVO CONTRATUAL**

**Protocolo:** 8686/06.

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Elevadores Atlas Schindler S/A.

**Valor:** R\$ 6.727,50 mensais.

**Dotação:** 3390.3900.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Diretoria de Apoio Técnico**

#### **4º ADITIVO CONTRATUAL**

**Protocolo:** 8535/06.

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Instaladora Comercial Padrão Inst. Elét. e Ar Cond. Ltda.

**Valor:** R\$ 5.769,12 mensais.

**Dotação:** 3390.3900.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Diretoria de Apoio Técnico**

#### **MINUTA DO CONTRATO**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 011/06 - Protocolo 7811/06.

**Objeto:** Contratação de empresa para fornecer suco para este Poder

**Classificada:** Cesarpan Panificadora e Confeitaria de Ltda.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Valor:** Caixa com 12 unidades sabores diversos - R\$ 24,90; Caixa com 12 unidades light - R\$ 38,96.

**Comissão de Licitação**

CONVITE 093/06

**Modalidade:** Convite 093/06 - Protocolo 7812/06

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Ticolor Vídeo Foto Som Ltda.

**Objeto:** Fornecimento de Material Fotográfico.

**Dotação:** 3390.3000.

**Diretoria de Apoio Técnico**

2º ADITIVO CONTRATUAL

**Protocolo:** 8687/06.

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Ticolor Vídeo Foto Som Ltda.

**Objeto:** Prestação de serviços fotográficos.

**Dotação:** 3390.3900.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Diretoria de Apoio Técnico**

3º ADITIVO CONTRATUAL

**Protocolo:** 8718/06.

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Phidellis Indústria e Com. de Produtos Eletrônicos Ltda.

**Valor:** R\$ 1.976,70 mensais.

**Dotação:** 3390.3900.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Diretoria de Apoio Técnico**

MINUTA DO CONTRATO

**Modalidade:** Convite nº 170/03 - Protocolo 9004/03.

**Objeto:** Serviços de manutenção em 04 elevadores deste Poder.

**Classificada:** Elevadores Conistel Ltda.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Valor:** R\$ 1.430,00 mensais.

**Comissão de Licitação**

TERMO ADITIVO

**Autorizatório:** Protocolo 9952/06.

**Objeto:** Serviços de jardinagens para este Poder.

**Classificada:** Yax Jardim e Floresta Ltda.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/03/07.

**Valor:** R\$ 4.400,00 mensais.

**Comissão de Licitação**

3º ADITIVO CONTRATUAL

**Protocolo:** 9115/06.

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Transdetritos Limpeza de Obras Ltda.

**Valor:** R\$ 1.538,89 mensais.

**Dotação:** 3390.3900.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Diretoria de Apoio Técnico**

3º ADITIVO CONTRATUAL

**Protocolo:** 8070/06.

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Tecniline Telecomunicação e Informática Ltda.

**Objeto:** Locação de central telefônica.

**Valor:** R\$ 2.500,00 mensais.

**Dotação:** 3390.3900.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Diretoria de Apoio Técnico**

3º ADITIVO CONTRATUAL

**Protocolo:** 8069/06.

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Tecniline Telecomunicações e Informática Ltda.

**Objeto:** Manutenção de central telefônica.

**Valor:** R\$ 2.539,60 mensais.

**Dotação:** 3390.3900.

**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Diretoria de Apoio Técnico**

CONVITE 003/07

**Modalidade:** Convite 003/07 - Protocolo 8949/06

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Tripoli Turismo Ltda.

**Objeto:** Fornecimento de passagens aéreas e terrestres.

**Dotação:** 3390.3300.

**Diretoria de Apoio Técnico**

1º ADITIVO CONTRATUAL

**Protocolo:** 8937/2006

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Lavanderias Star Clean Ltda.  
**Objeto:** Prestação de serviços de lavanderia.  
**Valor:** até R\$ 80.000,00  
**Dotação:** 3390.3900.  
**Vigência:** 01/01/07 a 31/12/07.

**Diretoria de Apoio Técnico**

MINUTA DE TERMO DE APOIO  
 TÉCNICO-OPERACIONAL

**Protocolo:** 9987/2006**Empresa:** Sul Corretora e Assessoria Empresarial Ltda.**Objeto:** Disponibilizar o acesso ao sistema de informática da Bolsa Brasileira de Mercadorias, para a realização exclusiva de pregões eletrônicos.**Vigência:** de 15/12/06 à 15/12/07.

Em 21/12/06.

**Diretoria de Apoio Técnico****Balancete Financeiro:**

OFÍCIO Nº 40/06

Curitiba, 02 de janeiro de 2007.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de DEZEMBRO/2006, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Dezembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/12/2006
MÊS: Dezembro	Exercício: 2006	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
RECEITAS CORRENTES	15.741.550,00	214.941.550,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	15.741.550,00	214.941.550,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	625.550,00	774.450,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	625.550,00	774.450,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	15.116.000,00	215.716.000,00
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	5.469.900,77	10.658.115,82
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	5.469.900,77	10.658.115,82
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
<b>TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>	5.469.900,77	10.658.115,82
<b>SALDO DO MÊS ANTERIOR</b>		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	17.212.672,38	10.719.466,93
Vinculado	0,00	0,00
<b>TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR</b>	17.212.672,38	10.719.466,93
<b>TOTAL</b>	37.798.573,15	237.093.582,75

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Dezembro Exercício: 2006	MÊS: Dezembro REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/12/2006
---	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	21.412.627,89	213.157.462,16
Pessoal e Encargos Sociais	20.134.705,69	184.246.326,53
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.277.922,20	28.911.135,63
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	4.808,50	766.346,53
Investimentos	4.808,50	766.346,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	21.417.436,39	213.923.808,69
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
<b>RESTOS A PAGAR</b>	0,00	2.768.997,96
Pagamentos	0,00	2.768.997,96
Cancelamentos	0,00	0,00
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	7.992.704,68	12.012.344,02
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	3.824.015,42	7.843.654,76
Cancelamento de Outros Créditos	4.168.689,26	4.168.689,26
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	7.992.704,68	14.781.341,98
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	8.388.432,08	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	8.388.432,08	8.388.432,08
TOTAL	37.798.573,15	237.093.582,75

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

